

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO**

SIMONE POÇAS PINHEIRO

**A PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE:
AVANÇOS E LIMITES**

SÃO LEOPOLDO

2022

SIMONE POÇAS PINHEIRO

**A PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE:
AVANÇOS E LIMITES**

**Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.**

**Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e
Emancipação.**

Professora Orientadora: Dra. Adriane Ferrarini

SÃO LEOPOLDO

2022

P654p Pinheiro, Simone Poças.
A participação dos catadores na política de gestão de resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre : avanços e limites / por Simone Poças Pinheiro. – 2022.
94 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2022.
“Orientadora: Dra. Adriane Ferrarini”.

1. Participação social. 2. Catadores. 3. Resíduos sólidos urbanos. 4. Reciclagem. 5. Política social. 6. Coleta seletiva. 7. Porto Alegre. I. Título.

CDU: 316.33:628.46

SIMONE POÇAS PINHEIRO

**A PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE:
AVANÇOS E LIMITES**

Projeto de dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA:

Adriane Vieira Ferrarini – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Juliane Sant Ana Bento – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Marília Veríssimo Veronese – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Esta dissertação de mestrado é dedicada a todos os envolvidos numa Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos participativa com a sociedade no todo, tendo como protagonistas os catadores.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que, de um modo ou de outro, compartilharam e contribuíram com a construção desta dissertação. Agradeço em especial:

– à professora Doutora Adriane Vieira Ferrarini, minha orientadora, revelação de apoio e carinho nessa caminhada de estudos;

– aos professores e colegas do curso, provocadores do debate acerca das perspectivas teóricas, políticas e éticas que guiam o trabalho e a vida; à coordenação do PPG Ciências Sociais da Unisinos e à CAPES, pela bolsa de estudos; às professoras Dra(s) Juliane Sant’Ana Bento e Marília Veríssimo Veronese por aceitaram compor a banca de defesa desta dissertação;

– a Joice Pinho Maciel, pela parceria e contribuições; à Coordenação do Fórum de Catadores das Unidades de Triagem de Porto Alegre, aos funcionários do DMLU, ao Rafael Dutra da TRASHIN e às Associações Comunitárias Mulheres na Luta-Anitas, Anjos da Ecologia, Reciclando Pela Vida, ASCAT (Cooperativa de Catadores da Cavallhada).

Um agradecimento especial ao meu irmão Thiago Poças Pinheiro, pela compreensão e apoio nestes dois anos.

Sobretudo a DEUS! Pela vida, saúde e fé para a conclusão deste processo.

RESUMO

Em Porto Alegre, os problemas ambientais se agravam nos últimos anos, em especial na questão envolvendo os resíduos sólidos urbanos, e que impactam na vida da população em geral e dos catadores de materiais sólidos recicláveis. As Ciências Sociais se inserem neste ambiente como o entendimento de que os problemas ambientais surgem como resultado da organização econômica e social. Assim sendo, os catadores de materiais sólidos recicláveis de Porto Alegre são atores sociais que estão inseridos na cadeia da reciclagem e objetivam uma participação mais efetiva no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre, pois são os que mais trabalham neste processo e os que têm a menor remuneração. A pesquisa se propõe a investigar as razões pelas quais, passados doze anos de vigência da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), os catadores ainda se encontram em situação social, política e econômica tão precária e sua participação na Gestão dos Resíduos Urbanos Sólidos em Porto Alegre tão inexpressiva. O objetivo geral é analisar os processos de participação dos catadores de Porto Alegre na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, compreendendo os condicionantes dos avanços e dos limites na sua capacidade decisória. A metodologia utilizada foi uma pesquisa documental e bibliográfica; para uma abordagem qualitativa foram realizados grupos focais com os catadores e entrevistas semiestruturadas, que também foram realizadas com servidores públicos e representantes da iniciativa privada. O estudo conclui que existe um cenário de disputa de interesses econômicos, na medida em que os resíduos sólidos passam a ter valor financeiro. Torna-se um mercado a ser disputado, com o ingresso de empresas privadas e uma redução na participação dos catadores na Política de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre. É necessária uma rede de apoio de diversas instâncias da sociedade aos catadores inicialmente nas Associações/Cooperativas, passando pelas suas esferas representativas, buscando assim uma nova forma de participação efetiva nas Políticas de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos do município e também os demais atores sociais envolvidos, cada um assumindo suas responsabilidades, articulando com os catadores e não os deixando à margem deste processo.

Palavras-chave: Participação; Catadores; Resíduos Sólidos Urbanos.

ABSTRACT

In Porto Alegre, environmental problems have worsened in recent years, especially in the issue involving urban solid waste, which impact the lives of the population in general and the collectors of solid recyclable materials. The Social Sciences are part of this environment as the understanding that environmental problems arise as a result of economic and social organization. Therefore, the collectors of solid recyclable materials in Porto Alegre are social actors that are inserted in the recycling chain, and aim at a more effective participation in the Management of Solid Urban Waste in Porto Alegre. Because they are the ones who work the most in this process and the ones who have the lowest remuneration. The research proposes to investigate the reasons why, after twelve years of validity of the National Solid Waste Policy (PNRS), the collectors are still in such a precarious social, political and economic situation and their participation in the Solid Urban Waste Management in Porto Alegre so expressionless. The general objective is to analyze the processes of participation of waste pickers in Porto Alegre in the Management of Solid Urban Waste, understanding the constraints of advances and limits in their decision-making capacity. The methodology used was a documentary and bibliographic research, for a qualitative approach, groups focal points with the collectors and semi-structured interviews, which were also carried out with public servants and representatives of the private sector. The study concludes that there is a scenario of dispute of economic interests, as solid waste starts to have financial value. It becomes a market to be disputed, with the entry of private companies and a reduction in the participation of collectors in the Solid Urban Waste Management Policy in Porto Alegre. A support network from different levels of society is necessary for the collectors, initially in the Associations/ Cooperatives, passing through their representative spheres, thus seeking a new form of effective participation in the Municipal Solid Waste Management Policies of the municipality and also the other social actors involved. Each one assuming their responsibilities, articulating with the collectors and not leaving them on the sidelines of this process.

Keywords: Participation; Collectors; Urban Solid Waste.

SIGLAS

AVESOL – Associação, Voluntariado e Solidariedade
ASCAT – Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Cavallhada
ANCAT – Associação Nacional dos Catadores
ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BID – Banco de Desenvolvimento Internacional
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEBs – Comunidades Eclesiásticas
CBO – Classificação Brasileira de Operações
CMDS – Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente
CNUMD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
CEA – Centro de Educação Ambiental
COOPERTUCA – Cooperativa do Campo da Tuca
COOPERTINGA – Cooperativa da Restinga
COMINT – Cooperativa de Comercialização Integrada
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DST – Doença Sexualmente Transmissível
EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação
FARRGS – Federação dos Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI – Lei de Acesso à Informação
LA – Licença Ambiental
LO – Licença Operacional
MST – Movimento dos Sem Terra
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos
MIP – Manifesto de Interesse Privado
MPT – Ministério Público do Trabalho
OP – Orçamento Participativo

OSC – Organização da Sociedade Civil

ONG – Organização Não Governamental

PMIGRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PNRS – Política Nacional dos resíduos sólidos

PROPAR/POA – Programa de Parceria para o Município de Porto Alegre

REDE CATAPOA – Rede de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Alegre e Região Metropolitana

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SABs – Sociedade Amigos de Bairros

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SUS – Serviço Único de Saúde

SBPS – Sistema Brasileiro de Proteção Social

SBBPS – Sistema Brasileiro Participativo de Proteção Social

TSPOA – Programa Todos somos Porto Alegre

VTA – Veículo de Tração Animal

VTH – Veículo de Tração Humana

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Tigres: Escravos que no período de 1820 carregavam os resíduos orgânicos e as fezes e urinas produzidas pelos seus proprietários	35
FIGURA 2 – Aterro sanitário	47

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Catador individual (Jornal do comércio, 10.03.2017)	36
FOTOGRAFIA 2 – Aterro sanitário	46
FOTOGRAFIA 3 – Arquivo da Câmara de Vereadores de Porto Alegre	49
FOTOGRAFIA 4 – Coleta de resíduos feita por clandestinos (acervo da autora)	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA	17
1.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS	17
1.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	20
1.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	22
1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: DESAFIOS DOS CATADORES COMO AUTORES SOCIAIS DA CADEIA DE RECICLAGEM	29
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	29
2.2 OS DESAFIOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS: UMA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs	32
2.3 O SURGIMENTO DA PROFISSÃO CATADOR: MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)	35
3. PORTO ALEGRE: O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DOS CATADORES	43
3.1 A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE: UM RESGATE HISTÓRICO DO CENÁRIO ATUAL	43
3.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS CATADORES EM PORTO ALEGRE: UMA LUTA POR ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	47
3.2.1 Articulação de Redes: Coletivo POA Inquieta oportuniza lugar de fala e protagonismo aos catadores	50
3.3 A DISPUTA PELOS ESPAÇOS DE TRABALHO E OS IMPACTOS ECONÔMICOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE	51
3.4 RESÍDUOS, UM NEGÓCIO EM EXPANSÃO, E A FALTA DE INCENTIVOS AOS CATADORES DE PORTO ALEGRE	53
4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA POLÍTICA PÚBLICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE	55
4.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: OBJETIVOS E METODOLOGIA	56
4.1.1 Objetivos	56
4.1.2 Metodologia	57
4.2 ANÁLISE DE DADOS: OS DESAFIOS	60
4.2.1 Uma classe trabalhadora dividida: informais e formais	64
4.2.2 O olhar do segmento privado	71
4.2.3 O papel do gestor público na participação dos catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos de Porto Alegre	73
4.3 CENÁRIOS POSSÍVEIS: COLETA SOLIDÁRIA E A COMERCIALIZAÇÃO EM REDE	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	88
APÊNDICE B – COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE CATADORES	90
APÊNDICE C – SETOR PRIVADO: EMPRESAS E STARUPS	92
APÊNDICE D – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	93
ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	94

INTRODUÇÃO

Passados doze anos da vigência da PNRS (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), os catadores ainda se encontram em situação social, política e econômica extremamente precária e sua participação na Gestão dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre altamente inexpressiva.

A sobrevivência por meio da cata de materiais no lixo desnuda uma das faces da elevada desigualdade social existente no Brasil. Aqueles que sobrevivem do lixo – os catadores de materiais recicláveis – estão presentes nas ruas, em aterros ou em lixões da maioria das cidades brasileiras, trabalhando em condições adversas e precárias. Atuam como “operários terceirizados” da indústria da reciclagem, desprovidos de qualquer direito trabalhista, bem como dos demais direitos que configuram o exercício da cidadania (LAYARGUES, 2002; BOSI, 2007).

Nas palavras de Honneth (2009), “os indivíduos se constituem como pessoas porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a quem cabem determinadas propriedades e capacidades”. Esse processo envolve experiências nos planos afetivo, jurídico e da solidariedade social, decorrentes de interpretação da sociedade burguesa como ordem institucionalizada de reconhecimento. Este reconhecimento é o que buscam os catadores em Porto Alegre, através da participação no gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade.

O poder público tem um papel fundamental na promoção de políticas públicas de inclusão efetiva desses trabalhadores. O reconhecimento do problema e sua inserção efetiva na agenda de políticas públicas dos governos locais é um processo que ainda está em construção, com dinâmicas diversificadas e específicas em cada cidade brasileira. Nesse segmento da reciclagem, diversos atores sociais estão envolvidos, como indústrias, empresas prestadoras de serviço de coleta e reciclagem, consumidores, organizações da sociedade civil, governos e os catadores. Estes últimos têm se organizado em cooperativas e associações desde o final da década de 1980, conforme registra o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores).

Tendo como base social uma população excluída, o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem de Porto Alegre tem como horizonte de ação as reivindicações vinculadas à melhoria das condições de trabalho e vida destes trabalhadores que prestam serviço ao município. O Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) representa esta categoria de trabalhadores na esfera nacional, com atuação significativa no Rio Grande do Sul.

A participação dos catadores passa a ser valorizada, a partir de 1999, com a formação do Movimento Nacional dos Catadores e se consolida em 2001 quando do 1º Congresso Nacional dos Catadores em Brasília, expressando a emergência de atores políticos novos, mas que pouca influência exercem na mudança efetiva de políticas públicas que envolvem os resíduos sólidos de Porto Alegre (JACOBI, 2006).

O presente estudo desenvolve uma pesquisa sobre a participação dos catadores de Porto Alegre no Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, com seus avanços e limites. O objetivo geral é analisar os processos de participação dos catadores de Porto Alegre na Gestão dos Resíduos Sólidos, compreendendo os condicionantes dos avanços e dos limites na sua capacidade decisória. Os objetivos específicos são: identificar o desenvolvimento das Políticas Públicas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Porto Alegre, considerando os múltiplos autores envolvidos; conhecer os processos de organização dos catadores e suas formas de participação na política pública de resíduos; analisar os possíveis cenários para uma participação efetiva e emancipatória dos catadores.

No primeiro capítulo trataremos a Participação Social como categoria, através de conceitos e contribuições nas Políticas Públicas.

O capítulo dois tratará da questão ambiental no Brasil através dos aspectos históricos e conceituais e os desafios dos catadores na cadeia da reciclagem.

O terceiro capítulo tratará sobre o processo histórico de constituição do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos em Porto Alegre e a organização política dos catadores.

O quarto capítulo dos catadores na política de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre trará a metodologia, objetivos, dados coletados e sua posterior análise.

Esta pesquisa foi realizada como dissertação de mestrado *strictu sensu* no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos (Universidade do Vale Rio dos Sinos).

1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA

Neste primeiro capítulo abordaremos a categoria Participação Social, através de seus conceitos, a Participação Política a partir da Constituição de 1988 e suas contribuições nas Políticas Públicas Brasileiras.

1.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Democracia e participação são conceitos históricos, com longa história, seja na forma de ser imaginada ou na prática concreta dos homens. As muitas críticas ou, em contrapartida, as inúmeras tentativas de aperfeiçoamento que receberam ao longo da história, pode-se dizer, são tão antigas quanto a própria formação do conceito de democracia, que remonta a alguns séculos AC (GOULART, 2007).

Com efeito, mesmo os gregos, seus fundadores, não deixavam de lhe fazer ressalvas. Platão dizia que a mesma seria apenas a melhor forma de governo entre as piores, ou seu oposto, a pior forma entre as melhores. Aristóteles, mais generoso, distinguia formas diversas de democracia, desde os governos com participação igualitária de pobres e ricos, até a soberania da massa e não da lei, sendo esta última, para ele, a forma de governo mais corrupta e detestável (BOBBIO, 2004).

A noção de participação estaria associada, assim, a uma necessária consubstanciação da democracia. Ainda conforme Bobbio (2004), participação é uma expressão altamente polissêmica e que, por isso mesmo, se acomoda a diversas interpretações, o que, sem dúvida, prenuncia divergências em sua compreensão. Pode-se ter, por exemplo, a participação em que o cidadão não passa de simples expectador até uma situação de protagonismo de destaque nas decisões políticas.

A participação só pode ser aprendida e aperfeiçoada se for praticada. Faundez (1993) e Dowbor (1999) colocam como condições necessárias para o aprendizado da participação o sentimento de pertencimento ao grupo, o diálogo e a determinação das necessidades coletivas. Estas condições podem dar sustentação à construção do conhecimento necessário ao desenvolvimento da cidadania e ao poder de tomar decisões.

Para Maria da Glória Gohn (2019), a participação pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos ou em outras organizações sociais, quer seja nos discursos e práticas das políticas estatais, situados no

campo das ações das instituições participativas, com sentidos e significados completamente distintos. Assim, o conceito de Carlos Milani nos remete que:

[...] a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (provenientes da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas, também, por relações de conflito e pode comportar manipulação (MILANI, 2008).

A participação social, como forma de materialização da democracia e da presença da sociedade civil na gestão, execução e fiscalização das políticas públicas, consiste também em uma das principais estratégias de implementação, execução e fiscalização das políticas públicas instituídas pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), surgindo como reconhecimento das lutas dos movimentos sociais anteriores à sua promulgação.

[...] a participação social é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional, ela é a construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (MILANI, 2008).

A partir do final da década de 1980, a participação ganhou, ao longo das décadas, o estatuto de uma medida de cidadania e está associada a outra categoria, que é a da exclusão social. “Algumas vezes, ‘participação’ é olhada como um componente da definição de integração. Se alguém é apto a participar, ele está integrado. Ao contrário, para não participantes, é sugerido o signo da exclusão. Em outros casos, ‘participação’ é considerada como um fator de integração”. Aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado (GOHN, 2019).

Pedro Demo (2013) entende participação como uma conquista, diferente de concessão ou algo preexistente; focaliza a dimensão processual, chamando atenção para o fato da cidadania dever ser estudada sob a ótica do conflito em função de interesses diversos de diferentes grupos.

[...] a participação social tornou-se, nos anos 1990, um dos princípios organizativos, aclamado por agências nacionais e internacionais, dos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local. Fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, peças essenciais nos discursos de qualquer política pública (auto) considerada progressista (MILANI, 2008).

De acordo com Santos (2010), na América Latina a democratização recolocou na agenda de discussão três questões distintas, a saber: a) o procedimento e a participação social, remetendo à discussão de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, visando mudar a inserção de novos atores (gênero, raça e etnia) nos processos de alocação de recursos públicos e definição de prioridades; b) as transferências de práticas sociais desenvolvidas pela sociedade em âmbitos locais para o nível administrativo maior; e c) a relação entre representação e diversidade cultural e social, enfatizando as maiores dificuldades de grupos minoritários conseguirem ver seus interesses representados via instituições formais de representação.

Nos países latino-americanos, o discurso e a prática dos movimentos sociais e partidos de esquerda defendiam o aprofundamento da democracia, a partir de uma concepção mais ampla de política e de participação, de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos e de defesa de direitos de grupos excluídos que até então não estavam na agenda pública. Esses segmentos tinham a consciência de que suas reivindicações não seriam satisfeitas somente por meio de eleições e lutavam também pela existência de mecanismos participativos na gestão do Estado (DAGNINO, 2005).

Concebe-se a participação social como forma de emancipação humana, enquanto processo garantidor das necessidades dos indivíduos, sejam elas materiais ou espirituais, e necessárias à sua sobrevivência, e não aquelas imperativas do sistema capitalista, que acabam por influenciar o cotidiano dos homens e das mulheres, enquanto seres sociais. Quanto à emancipação política, pode-se considerá-la como “[...] uma dimensão da existência atual, resultado – ainda em curso – do processo histórico” (TONET, 2005, p. 12).

O papel dos cidadãos e dos administradores na sociedade democrática varia conforme o contexto e as circunstâncias históricas, bem como de acordo com o modelo de administração adotado. Um dos possíveis modelos de participação social inclui a coprodução, na qual os administradores são responsáveis por facilitar a prestação conjunta de *design* de serviço e entrega com os cidadãos (ROBERTS, 2008).

Gohn menciona, em seus estudos, que a participação pode ser analisada por três níveis:

[...] o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização (em curso, ou em lutas para sua obtenção), mas ele também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle

social. O terceiro, as práticas, relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizarem algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental (GOHN, 2019, p. 16-17).

Diante do acima exposto percebemos que a Participação é um direito, é prática da cidadania que se efetiva cada vez que buscamos ações transformadoras através de mobilização coletiva. Para compor esta dissertação, o conceito que usaremos é o de Maria da Glória Gohn (2019), no qual a participação pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos ou em outras organizações sociais, quer seja nos discursos e práticas das políticas estatais, situados no campo das ações das instituições participativas, com sentidos e significados completamente distintos.

1.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos (SHERER-WARREN, 2009).

Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar a inserção de, cada vez mais, pessoas na sociedade de direitos. Os primeiros movimentos sociais visavam resolver os problemas de classes sociais e políticos, como a ampliação do direito ao voto. Hoje, os movimentos sociais baseiam-se, em grande parte, nas pautas identitárias que representam categorias como gênero, raça e orientação sexual.

Movimentos Sociais consistem em uma categoria analítica que expressa relações sociais estabelecidas entre atores sociais e, no interior deles, práticas democráticas, impulsionadas pela ação dos movimentos sociais, que possibilitam a construção de cidadania (DAGNINO, 2005).

Os movimentos sociais caracterizam-se, basicamente, em dois fatores: pela natureza da classe social que emerge e pelo caráter de luta transformadora (reformista, reacionário, revolucionário) ou conservador. Existe, também, segundo a autora, um reconhecimento “de que os movimentos sociais detêm um saber decorrente de suas

práticas cotidianas passíveis de serem apropriadas e transformadas em força produtiva” (SILVA, 2002).

Gohn (2019) coloca que os movimentos sociais são elementos fundamentais na sociedade moderna; são agentes construtivos de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como antigas análises conservadoras escritas em manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais.

Apesar de existirem divergências, existe uma convergência sobre os movimentos sociais: a constatação de tensões sociais e a iminente ruptura de uma mudança social. De qualquer modo, faz-se necessário perceber que há uma antiga história de tensões que representam grandes movimentos sociais do mundo moderno.

No início do século XX, no Brasil, os movimentos sociais emergiam no meio rural, como movimentos que lutavam pela conquista do poder político; já era possível vislumbrar movimentos sociais rurais se constituindo para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e distribuição de terras. Em meados dos anos 1950, os movimentos sociais nos espaços rurais e urbanos tiveram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos. Os movimentos urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairros (SABs) e pelas comunidades eclesiais (CEBs) (SOUZA, 2004). Entre os anos de 1960 e 1970, mesmo com forte repressão policial diante dos “anos de chumbo” e a ditadura militar, os movimentos não se calaram, ocorrendo manifestações por moradia, educação e direito ao voto. Em 1980, destacou-se a grande movimentação social conhecida como “Diretas já”.

Em 1990, o MST (Movimento Sem Terra) e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros movimentos sindicais, como bancários e professores, que atuavam como tencionador ao governo. A sociedade brasileira e nela a ação dos movimentos sociais construíram um conjunto de práticas democráticas seja no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

A sociedade brasileira tem presenciado e participado de ações coletivas do final do século XX e início do século XXI, expressa pelas manifestações pela Paz, contra a Violência, contra o Desemprego, por melhorias salariais e contra a privatização do patrimônio estatal, entre outros.

As passeatas e manifestações públicas, difusão de mensagens pela internet, ocupação de prédios públicos, greves, marchas, entre outros, são características da ação de um movimento social.

As ações em praça pública é o que dá visibilidade aos movimentos sociais, principalmente quando é focalizado pela mídia em geral. Os movimentos sociais são sinais da

sociedade que podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo da sua organização e das relações de força estabelecidas com o Estado e com os demais coletivos de uma sociedade.¹

1.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Para a professora Flávia Piovesan² (2000), a partir da Constituição de 1988, há uma redefinição do Estado brasileiro, bem como dos direitos fundamentais. Mais adiante, a Constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a "participação popular" na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à participação social. A participação social passou a representar, em suas diversas modalidades, um elemento estruturante do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). Sua análise oferece elementos relevantes para o debate atual sobre políticas públicas, seja no que se refere à sua institucionalização e execução, seja quanto ao enfrentamento das questões sociais. Para efeitos deste trabalho, a participação social no campo das políticas sociais será analisada a partir de duas dimensões, ambas definidas pela Constituição 1988. A primeira diz respeito à participação social nos espaços de debate, deliberação e controle das políticas, e se institucionaliza em nível federal nos conselhos. A segunda refere-se à participação na execução das políticas públicas.³

O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, em seu discurso na Sessão Solene de promulgação da Constituição de 1988, enfatizou que a participação popular na elaboração da atual Carta Magna não se deu somente por meio das Emendas, mas, também:

[...] pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar (Trecho extraído de Discurso de Ulisses Guimarães, em 05 de outubro de 1988).

A participação da sociedade na execução das políticas sociais também sofreu uma grande alteração a partir dos anos 1980. Na conjuntura da luta pela democratização do país,

¹ Versão modificada do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

² Jurista e Advogada, conhecida por sua obra voltada aos Direitos Humanos e Direito Internacional.

³ <<http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>>. Acesso em 10.09.2021.

consolidou-se no campo da atuação privada, até então dominada pelas entidades de cunho filantrópico, um novo elenco de atores sociais voltados à promoção da sociedade como protagonista de sua própria transformação. Movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs) passam a atuar na implementação de projetos sociais de diversos conteúdos, visando dotar comunidades e grupos sociais de protagonismo social em um Estado autoritário e numa realidade social marcada pela exclusão, discriminação e pobreza. Estas experiências estavam fortemente associadas às “práticas de deliberação participativas” que, como afirma Paoli, “no Brasil estiveram desde seu início ligadas à visibilidade política dos ‘novos movimentos sociais’ e à redefinição das práticas do movimento operário, nas décadas de 1970 e 1980”, e que buscavam ampliar a participação popular “nos processos políticos de distribuição de bens públicos e formulação das políticas sociais” (PAOLI, 2010).

Os conselhos são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada e de publicização das ações do governo. Dessa forma, constituem espaços de argumentação sobre (e de redefinição de) valores, normas e procedimentos, de formação de consensos, de transformação de preferências e de construção de identidades sociais (CARNEIRO, 2018).

Uma consequência importante das modalidades de participação reconhecidas na Constituição de 1988 e desenvolvidas a partir dos anos 1990 é a sua institucionalização permanente no padrão de funcionamento do SBPS (Sistema Brasileiro de Proteção Social). A constituição de conselhos e parcerias no interior das políticas sociais respondeu a demandas de democratização da sociedade em face do processo decisório que permeia as políticas sociais e as demandas de reorganização da intervenção do Estado em busca de maior igualdade, equidade ou eficiência.⁴

No Brasil, no governo da presidente Dilma Rousseff, foi emitido o Decreto de Lei nº 8.243, de maio de 2014, instituindo o programa de Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Este decreto foi sancionado para criar uma proximidade e compartilhamento com a sociedade civil sobre as decisões de programas e políticas públicas.⁵

Com as mobilizações ocorridas nas ruas e o *impeachment* de Dilma Rousseff ressurgiu uma direita que elegeu o atual presidente da república e um momento histórico fundamental na análise do ambiente democrático atual. Carapanã (2018) aborda dois aspectos do pensamento da nova direita, que são essenciais para o entendimento do papel da democracia e

⁴ <<http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>>. Acesso em 10.09.2021.

⁵ <<http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>>. Acesso em 10.09.2021.

da participação social no atual contexto: o realismo capitalista e a obsessão com questões culturais. O realismo capitalista nos traz, segundo a autora Camila Rocha Carapanã, uma direita disposta a tanta ruptura e que usa uma linguagem muitas vezes (contra)revolucionária, transgressora ou insurrecionista, podendo ser considerada uma ameaça ou incômodo à ordem estabelecida, ao capitalismo moderno. No entanto, o ataque às instituições e à ordem estabelecida muitas vezes tem como objetivo justamente a remoção de barreiras ao poder corporativo, inspirado na versão anglo-saxã do conservadorismo cultural misturado ao liberalismo econômico. Mais do que um movimento espontâneo, a guinada à direita no cenário global se dá por meio de agentes, gestada em plena luz do dia. Os contextos dos Estados Unidos da América, da Europa e da América Latina são muito diferentes, como também o são os agentes dessa transformação e o tipo de ideologia que eles professam. No entanto, a atual movimentação política tem muitos pontos em comum, algo definitivamente favorecido pela internet (CARAPANÃ, 2018).

Mais do que simplesmente anticomunista, a nova direita flerta com ideias do nazifascismo e, consciente ou inconscientemente, contribui para normalizá-las. Quando são criticados por esses aspectos se refugiam em questões de “liberdade de expressão” e de uma suposta “hegemonia da esquerda”. Por inépcia ou intenção fazem com que os piores pesadelos da humanidade voltem à pauta, devidamente legitimados (CARAPANÃ, 2018).

Importante mencionar que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, constituído a partir de um sistema econômico capitalista que vem se construindo por políticas de cunho neoliberal que se opõem ao fortalecimento da participação social na gestão das políticas públicas, especialmente as sociais, bem como ao fortalecimento do estado social.

O capitalismo é estruturalmente antiético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas, também, e principalmente, porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às “leis” do mercado. Isso quer dizer que o capitalismo coloca necessariamente mais e mais esferas da vida fora do alcance da responsabilidade democrática (WOOD, 2011).

Na atual conjuntura da sociedade brasileira, percebemos a necessidade dos debates, nos espaços governamentais e na sociedade civil, em torno do fortalecimento da participação

social, com o objetivo de que a democracia constituída a partir da Carta Magna brasileira de 1988 se solidifique. Assim os Direitos Sociais e a Democracia estão assegurados.⁶

Vivenciamos na contemporaneidade a precarização do trabalho, o enfraquecimento das políticas públicas de cunho social. Nesse sentido, a baixa participação social pode se apresentar como uma importante consequência, em face da prevalência das inúmeras expressões da questão social “[...] à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento” (SOUZA, 2004).

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No cenário das políticas públicas a principal indagação é: O que tem sido construído em termos da participação dos cidadãos? Tudo isso remete ao campo da participação civil, social e política, no âmbito da sociedade e do estado, o que, neste momento, a temática da participação se impõe por ser ela mais ampla, possibilitando-nos o olhar sobre as ações da sociedade e do Estado. Trata-se de um campo de análise vasto, que pode ser observado tanto do ponto de vista das práticas civis efetivas, como do ponto de vista de estudos e pesquisas dos analistas (GOHN, 2019)

O artigo *Movimentos Sociais e Contemporaneidade*, de Maria da Glória Gohn (2011), ressalta que, mesmo após 30 anos de promulgação da CF/88, hoje habitualmente se fala em participação social, o que abre portas para um discurso e ação de democracia participativa, em que há uma maior presença da sociedade civil dentro dos espaços da política institucional. A autora ainda menciona que a representação está enfrentando um período de crise, com mudanças em vários países. Existe uma contradição entre legislações apresentadas por parlamentares, por exemplo, e seus eleitores, assim como o voto de políticos dado sob propostas legislativas que contradiz a vontade daqueles que os elegeram.

Assim, os movimentos sociais se diferenciam das ações cívicas pelo fato de que eles mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo; enquanto isso, a maioria das chamadas ações cívicas são organizadas de cima para baixo, permanecem autocentradas e autorreferenciadas, limitando-se ao desempenho de uma estratégia de sobrevivência ou uma ação cultural, sem desenvolver, na maioria

⁶ Faz-se destacar que existem diversos outros mecanismos que buscam promover a participação social nestes espaços das políticas sociais, tais como conferências, fóruns, câmaras, comissões e ouvidorias. A análise destes instrumentos será objeto de pesquisas futuras da Diretoria de Estudos Sociais (DES) do IPE.

das vezes, potencial para autonomia ou autodesenvolvimento das ações (GOHN, 2019).

Nos últimos anos, algumas organizações da sociedade civil (OSC) surgiram para aumentar essa participação. O artigo de Gohn (2011) discorre para além da OSC e fala também sobre os movimentos sociais e o associativismo nas questões envolvidas à participação social. A formalidade desses movimentos é algo que vem se consolidando cada vez mais, inclusive a preocupação com a formação dos militantes. A comunicação e a informação são imprescindíveis para a ocorrência desta formalização, fazendo com que a mídia tenha a sua devida importância. Os sindicatos e o ambiente acadêmico também são figuras reconhecidas no associativismo de maneira fragmentada, ou seja, movimentos que possuem a mesma bandeira podem articular com diferentes setores e o seu funcionamento possuir formas distintas de organização.

A participação social é uma das ferramentas de acesso à democracia, em que nós podemos atuar nas causas que mais acreditamos. Para mim, fazer parte desses movimentos é atuar na construção de um país melhor, ver mudanças na ponta e ainda exercer o meu papel de cidadã muito além de dois em dois anos, nas eleições. Na minha vivência, que me traz em espaços de privilégios, mas também em recortes minoritários, vejo que a participação social é o meu caminho para lutar por mais direitos e me tornar mais consciente pelo direito de todos (Larissa Ferracine, voluntária do Elas no Poder, ONG que apoia campanhas femininas, ao preparar e ajudar mulheres a ocupar os espaços de poder políticos, comentou sobre a importância da participação social).

Algumas leis corroboram para que a participação social seja estimulada e garantida. A Lei Federal nº 8.142/1990 dispõe sobre a atuação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Em 2009, as audiências públicas foram regulamentadas, através da emenda de audiências públicas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desde a sua aprovação naquele ano até 2013 foram realizadas 9 audiências do tipo.

Entre tantas outras legislações, devemos destacar a LAI (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 12.527, sancionada durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ela regulamenta o acesso por parte dos cidadãos às informações públicas, visando uma maior transparência e fiscalização, sendo um grande passo e conquista para a participação social e para o regime democrático.

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) apresentou projeto que estabelece a participação da sociedade nas políticas sociais planejadas pelo poder público e cria o Sistema Brasileiro Participativo de Proteção Social (SBPPS), no ano de 2021. A proteção social diz respeito a uma série de garantias oferecidas ao(à) cidadão(ã) para a redução de

vulnerabilidades, fragilidades e riscos de ordem social, política, econômica e natural que porventura possam ocorrer durante a vida das pessoas e suas famílias.

O PL 678/2021 regulamenta o parágrafo único do artigo 193 da Constituição, que diz que o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas (SENADO NOTÍCIAS, acesso em 16/11/2021).

O SBPPS reunirá as instâncias que atuam na estruturação de políticas sociais desenvolvidas no Brasil. O texto prevê que o sistema terá um colégio responsável por articular ações das instâncias participativas de políticas, em níveis federal, estaduais e municipais, nas áreas de transporte público, trabalho, moradia, alimentação, educação, segurança, Previdência, saúde, assistência social, cultura, política agrícola, direitos ambientais e da proteção de direitos de crianças, adolescentes, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência (SENADO NOTÍCIAS, acesso em 16/11/2021).

Ao colégio caberá também o acompanhamento e o controle de formulação, monitoramento, fiscalização e avaliação das políticas sociais, assim como os relacionados à distribuição, à transferência e à aplicação dos recursos financiadores dessas políticas.

O projeto define que as instâncias participativas do SBPPS serão os colegiados formados por conselhos, conferências, fóruns e comissões temáticas – que atuem para efetivar a participação da sociedade na construção das políticas específicas de cada área prevista.

Com exceção das instâncias participativas já previstas na legislação brasileira, as demais deverão ser criadas por legislação específica, observada a participação equânime entre poder público e sociedade civil (SENADO NOTÍCIAS, acesso em 16/11/2021).

As instâncias também deverão respeitar outras regras, como a presença de integrantes representativos da sociedade e representantes do poder público de forma paritária, bipartite ou tripartite, conforme a natureza da política social específica. Serão elaborados regimentos internos com regras de funcionamento e escolha de seus integrantes transparentes, garantida a diversidade entre os participantes. A atividade dos integrantes das instâncias participativas não será remunerada. E será garantida a rotatividade das entidades e de seus representantes nos conselhos de políticas sociais (SENADO NOTÍCIAS, acesso em 16/11/2021).

“É preciso estruturar esses espaços participativos e dar condições para que funcionem, porque a Constituição determina que a política social de qualidade deve ser feita a muitas mãos, contando com a contribuição dos afetados pelas políticas, como empresários, trabalhadores, servidores ou usuários”, argumenta Marcos do Val na justificativa da proposta

(Projeto regula a participação social na formulação de políticas públicas) (SENADO NOTÍCIAS, acesso em 16/11/2021).

Marcos Duval (senador do Podemos) pertence à bancada armamentista da Câmara de Deputados: o projeto parece ter mais o tom regulatório do que incentivador. Trouxemos para ilustrar como o atual governo trabalha a questão da Participação Social.

No que se refere às questões ambientais, a Lei nº 12.305/2010, que trata Política Nacional de Resíduos Sólidos, nos mostra que a participação social, efetiva dos catadores de materiais sólidos recicláveis, será o tema do próximo capítulo.⁷

⁷ <<https://www.politize.com.br/participacao-social>>. Acesso em 16/11/2021.

2. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: DESAFIOS DOS CATADORES COMO ATORES SOCIAIS DA CADEIA DA RECICLAGEM

No decorrer deste capítulo apresenta-se o surgimento do debate das questões socioambientais diante do capitalismo, bem como a evolução do modo da produção capitalista, que ocasionou mudanças tanto na vida social como no meio ambiente; surgimento dos catadores. Discorrerá também sobre o Movimento Nacional de Catadores e a Política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Brasil.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

As discussões ambientais geralmente giram em torno da sustentabilidade, instigante e muito debatido. Advém da percepção de que a atividade humana está consumindo os recursos naturais a uma velocidade que ultrapassa a capacidade de recuperação da natureza. A sustentabilidade implica a manutenção destes recursos para futuras gerações (SPIRO; STIGLIANI, 2009).

De acordo com Silva (2006), a questão ambiental refere-se ao modo de produção capitalista, que gera a escassez das matérias-primas, já que promove a incapacidade do planeta de gerar recursos necessários para a reprodução da vida, devido ao alto nível de produção e consumo. Já Sauer e Ribeiro (2012) chamam a atenção para a questão ambiental, aqui entendida enquanto o modo pelo qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive, em todas suas facetas. Sob essa perspectiva, relacionando-a com os processos sociais e políticos (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 391).

Inicia-se a discussão, partindo-se do pressuposto que, para compreender as manifestações da questão socioambiental, faz-se necessário vinculá-las ao modo de produção capitalista, por entender que este tem intensificado cada vez mais suas contradições, impondo a destrutividade ambiental e social como “condição” para sua autorreprodução (NUNES; FREITAS, 2011).

Registra-se, ainda, que a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada por uma sucessão de crises que são reflexos das contradições inerentes a este modo de produção. Conforme sinalizam Netto e Braz (2007, p. 156), em pouco mais de um século a dinâmica capitalista revelou-se instável, “[...] com períodos de expansão e crescimento da produção

sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria”.

Estas crises colocam em risco a manutenção da sociedade. Porém, no âmbito do atual sistema, afirma-se que a crise é constitutiva do capitalismo. Ou seja, tais crises, por um lado, evidenciam as contradições do modo de produção capitalista e, por outro lado, criam as condições para a sua continuidade, através de uma restauração em níveis mais complexos e instáveis. Vivenciamos um quadro de proporções dramáticas, onde três dimensões se destacam: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 136).

No que concerne à “crise ecológica” enfatizada pelo autor, Chesnais e Serfati (2003, p. 2) salientam que “[...] as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera”. Em função disso, os países passaram a pactuar as formas de enfrentamento da referida problemática onde, principalmente na década de 1970, identificou-se uma intensificação de manifestações, convenções, protocolos, dedicados a inserir a problemática socioambiental no centro das políticas públicas enquanto um mecanismo de reparação e de preservação do meio ambiente. Nesse conjunto de convenções, salienta-se o protagonismo dos organismos multilaterais que vêm desempenhando um papel central no debate influenciando as diretrizes políticas e econômicas direcionadas aos “ajustes estruturais” dos países periféricos (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

As discussões teóricas e as experiências empíricas apontam para a existência de eixos de desenvolvimento econômico no Brasil ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos, que intensificam os conflitos socioambientais. Estes podem ser definidos pelo embate entre grupos sociais a partir de seus interesses e valores envolvendo de forma central questões ecológicas, como o meio biofísico, o uso dos territórios e seus recursos naturais (MILANEZ, 2008).

Em linhas gerais, a nossa principal argumentação é que a emergência e intensificação dos conflitos no atual contexto brasileiro (mas também internacional) decorrem de uma visão economicista restrita de desenvolvimento. Esta visão é pautada por critérios de crescimento econômico – visto como alternativa única de progresso – de natureza produtivista e consumista. Tal visão desrespeita a vida humana e dos ecossistemas, bem como a cultura e os valores dos povos nos territórios onde os investimentos e as cadeias produtivas se realizam. A apropriação dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos que geram exclusão e expropriação produzem reações por parte de movimentos sociais, grupos e populações que se sentem atingidos em seus direitos fundamentais, envolvendo

questões como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos (MILANEZ, 2008).

O desafio atual para os diversos campos de estudo das ciências é a utilização dos recursos naturais, sem a depredação do meio ambiente, com o propósito de preservação ambiental. Segundo Moreira (2007), preservação é:

[...] estratégia de proteção dos recursos naturais que prega a manutenção das condições de um determinado ecossistema, espécies ou área, sem qualquer ação ou interferência que altere o *status quo*. Prevê que os recursos sejam mantidos intocados, não permitindo ações de manejo (MOREIRA, 2007).

Surge então a economia verde, desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2008, assim denominada, pois tinha em vista a formulação e execução de políticas públicas, podendo ser de iniciativas públicas ou privadas, ligadas à responsabilidade socioambiental, a qual incluía oferta de empregos, consumo consciente, reciclagem, reutilização de bens, uso de energia limpa e valoração da biodiversidade. Diante disso, esperava-se que houvesse uma melhora na qualidade de vida em sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e conservando o meio ambiente. Apesar disso, a economia verde não ofereceu resposta no que se refere à sustentabilidade ecológica, pois não visava restringir o crescimento econômico em prol da proteção ambiental (ALMEIDA, 2012).

Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos (MIKHAILOVA, 2004).

A sociedade precisa promover a discussão e levar o debate para fóruns nos quais políticas públicas de desenvolvimento regional, promoção da saúde e proteção ambiental sejam discutidas de forma integrada. É necessário que o país debata de forma mais democrática e consciente qual modelo de progresso e desenvolvimento desejamos para as gerações atuais e futuras, para que o crescimento econômico de curto prazo não se sobreponha às necessidades de saúde, justiça e preservação ambiental (MILANEZ, 2008). Busca constante da conscientização da sociedade através de ações de Educação Ambiental.

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e

atitudes necessárias para dita transformação (Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru, 1976).

Assim percebemos o quanto é importante a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos naturais. Assim, a educação ambiental torna-se instrumento participativo e de responsabilidade coletiva na busca da solução dos problemas ambientais.

Fomentar a reciclagem de resíduos é de extrema importância para preservação do meio ambiente, e existe a Lei nº 12.305/2010 que trata da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, bem como do reconhecimento da importância do trabalho dos catadores, para o meio ambiente.

2.2 OS DESAFIOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS: UMA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs

A relação entre sociedade e meio ambiente vem se tornando cada vez mais uma das principais preocupações, tanto no campo das políticas públicas quanto dentro da produção de conhecimento.

Foladori e Taks oferecem um olhar sobre a relação sociedade/natureza, que não caia nem no romantismo ambiental daqueles que veem, em algumas sociedades pré-capitalistas, um modelo de sustentabilidade ambiental (e às vezes social), nem na apologia modernista do capitalismo, baseada na ciência e tecnologia hegemônicas (FOLADORI; TAKS, 2004).

A crise ambiental é um resultado do grau de desenvolvimento técnico. Alguns ambientalistas contemporâneos e muitos autores ecodesenvolvimentistas centram sua crítica da crise ambiental no desenvolvimento tecnológico e industrial. Partem do suposto, muitas vezes não explicitado, de uma revolução autônoma da técnica e da tecnologia, uma evolução linear desde instrumentos simples até máquinas complexas, paralela à alienação dos homens com respeito aos ambientes de trabalho e ao meio ambiente (FOLADORI, TAKS, 2004).

Na sociedade contemporânea, ou nas palavras de Zygmunt Bauman, na “modernidade líquida” (2000), a liberdade, assim como a vontade de escolher através do consumo, tornaram-se ainda maiores. Em um processo de objetivação, as pessoas interagem com os objetos materiais e, enquanto consumidoras, ressocializam mercadorias das quais tinham sido afastadas por não serem mais seus produtores (MILLER, 1995, p. 143). O resultado da combinação entre esta fase da modernidade líquida e a objetificação da cultura é um nível

cada vez mais acelerado de consumo. A moda e obsolescência programada obrigam as pessoas a descartarem produtos que, em tempos pré-modernos, teriam sido utilizados por muito mais tempo. Desta forma, estão sendo produzidos muito mais resíduos do que os seres humanos poderiam gerar, se, simplesmente satisfizessem as suas necessidades materiais (RIAL, 2016).

Outro efeito interessante da contemporaneidade na produção de resíduos é o seu transporte de longa distância, que ocorre em escala global. Assim, uma parte dos resíduos sólidos de países desenvolvidos viaja em grandes navios para África, Ásia e América Latina, sendo recebida como matéria-prima pelas comunidades economicamente carentes onde se concentra a maior parte dos catadores. De metais pesados retirados de computadores a lençóis sujos de hospitais (como os provenientes dos Estados Unidos e que foram vendidos no nordeste do Brasil, num caso escandaloso denunciado pela mídia em 2015), o lixo circula em uma direção precisa – do Norte para o Sul global. Não é à toa, portanto, que estejam localizadas no Sul as mais bem sucedidas experiências de reciclagem e reaproveitamento (RIAL, 2016).

Como recorda Antuniassi (1998), data do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 a intensificação do diálogo entre militantes, intelectuais e cientistas, estimulado pela estratégia de realização de seminários e conferências ambientais que catalisavam estes apoios e participações. Cada vez mais se aborda o tema meio ambiente, despertando um interesse da sociedade como um todo. O efeito estufa e suas consequências são preocupações mundiais

Os movimentos ambientalistas impulsionaram a noção de sustentabilidade na década de 1960; assim, ocorreu o primeiro encontro, em 1972, nomeado Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, no qual foi abordada a necessidade da discussão das questões ambientais. No ano de 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (Rio-92), tendo sido uma das mais importantes, pois contou com a participação de 179 países, que se comprometeram com o desenvolvimento sustentável. Nesse encontro foi elaborado o documento intitulado Agenda 21, que consiste em um conjunto de ações a serem realizadas a partir do século XXI no âmbito local, nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento de ações que garantam as necessidades básicas da população e o mínimo de danos ao meio ambiente. Desde então o mundo passa a observar os impactos da produção desenfreada e passa a observar seus impactos no meio ambiente e com o futuro do planeta.

A discussão sobre o protocolo de Kyoto, por exemplo, tem por fim a redução de emissão de óxido de enxofre, de óxidos de nitrogênios, mercúrio e dióxido de carbono,

principalmente entre os ditos países desenvolvidos. Os grupos ativistas repudiam a atitude norte-americana de não assinar o protocolo de Kyoto. Os Estados Unidos, um dos países que mais emitem gases poluentes no mundo, abandonaram o protocolo, em 2001, com a justificativa de que cumprir as metas estabelecidas comprometeria seu desenvolvimento econômico. As metas de redução de gases não são, entretanto, homogêneas entre os países que assinaram o acordo.

No Brasil, a partir dos anos 1980, foram os anos da “abertura” que determinaram o encerramento da ditadura militar e emergiram o movimento das “Diretas já”, em 1984. Um período de esperança na reconquista dos direitos civis, políticos e avanços nos direitos sociais através da Constituição de 1988. Surgem novas lutas por “direitos”, como o direito ao meio ambiente. Neste período, os grupos ambientalistas preocupam-se com a poluição dos rios, dos desmatamentos e o crescimento desordenado das metrópoles. Assim, a temática ambiental se destaca com a ação das ONGs ambientalistas.

Neste contexto de valorização da ação civil, e partilhando deste mandato político de vanguarda da reforma democrática do Estado, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs). Começam como pequenas iniciativas, visando instituir espaços de discussão e apoio às iniciativas e movimentos sociais, tendo em comum o projeto de articulação de alternativas democráticas ao regime autoritário. É em meio a esta dinâmica altamente produtiva de novos atores, formatos organizativos, e também ações informais da sociedade civil, voltados para a construção de uma ordem democrática que as ações ecológicas ganham força; seja pela via da expansão e valorização dos movimentos ecológicos, seja pela via da organização de entidades do tipo ONG ambientais.⁸

As ONGs contribuem para a ampliação de políticas sociais; as ONGs ambientalistas e ecológicas “nasceram e vêm acompanhando e participando de vários movimentos sociais, como a ECO92, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o meio ambiente e desenvolvimento” (GOHN, 2019).

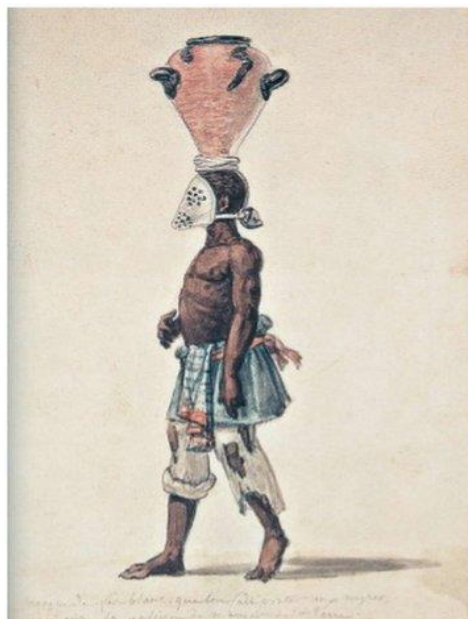
Os movimentos sociais e organizações ambientalistas fortalecem a sociedade civil questionando a legislação e política ambiental; enfatizando o desenvolvimento sustentável e produtos orgânicos. São questões locais que se tornam globais (Chico Mendes) e vice-versa, a exemplo dos produtos transgênicos e do efeito estufa. São questões locais e globais, que fazem parte do nosso cotidiano e, neste sentido, os vários movimentos sociais, de uma forma ou de outra, tangenciam questões ambientais (SOUZA, 2004).

⁸ Política Nacional de Resíduos Sólidos (mma.gov.br). Acesso em: 05/12/2021.

Os movimentos sociais e as ONGs ligadas ao meio ambiente têm por fim a preservação do meio ambiente, através de pesquisa, ações de educação ambiental e promoção da importância do trabalho dos catadores, que são os verdadeiros agentes ambientais.

2.3 O SURGIMENTO DA PROFISSÃO CATADOR: MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

No século XIX, não há muitos registros de catadores de material recicláveis. Havia pouca demanda por trapos, ossos e outros objetos que pudessem ser recicláveis na época. Uma característica deste período é que os catadores que buscavam no lixo os materiais que poderiam ser aproveitados diretamente para o consumo selecionavam os que poderiam ser utilizados para reuso e não para reciclagem (SILVA, 2016).



DEBRET, Jean-Baptiste
Máscara que se usa nos negros
1820-30
Aquarela, 18.7 × 12.5 cm
Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

Figura 1: Tigres: Escravos que no período de 1820 carregavam os resíduos orgânicos e as fezes e urinas produzidas pelos seus proprietários.

No Brasil foram registrados os primeiros vestígios de reciclagem em 1896 quando catadores de lixo tinham ordens para encaminhar garrafas, ferros, folhas e outros materiais para fabricas e locais em que seriam reutilizados. Mas as preocupações em relação aos problemas trazidos pelo lixo excessivo no meio ambiente ganharam força em 1920 devido às

aglomerações e divulgações que vinham sendo realizadas por países estrangeiros que realizavam a reciclagem do lixo, em que de instância o interesse era realmente ligado ao rendimento econômico que a reciclagem resultava.

Buscar alternativas para lidar como o “lixo” não se constitui como um problema novo, porém o tema ganha uma relevância pública, principalmente a partir do êxodo rural. No Brasil, a questão dos resíduos apenas passa a receber alguma atenção, por questões de saúde pública, a partir da metade do século XX, com a decorrência da consolidação de aglomerados urbanos (DEMAJOVIC e LIMA, 2013; EIGENHEER, 2015).

Por sofrerem de uma infinidade de carências sociais e econômicas, constituem a parte mais frágil da cadeia, quase sempre dependentes da ação dos atravessadores e das indústrias, que determinam os preços, o volume e as condições dos materiais que serão adquiridos. Mesmo assim, eles são os atores-chave em todo o processo, já que são responsáveis por quase 90% de todo o material que chega a ser reciclado no Brasil (INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA, 2013).

As vias públicas são o campo de trabalho dos catadores individuais. É do seu trabalho que a reciclagem se esteia, em regime de franca exploração, por atravessadores (apariatas, ferro-velho e depósitos de materiais recicláveis). As Associações e Cooperativas formadas por catadores surgem na década de 1990, em São Paulo, e também sofrem a exploração destes atravessadores, bem como também da prestação de serviços junto aos municípios por valores que não suprem os gastos de manutenção dos galpões. A partir da implementação da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), em 2010, começa uma nova relação de trabalho com os catadores entre o poder público e o setor privado, como veremos a seguir.



FOTOGRAFIA 1: Catador individual (Jornal do comércio, 10.03.2017)

A profissão de catador de material reciclável foi reconhecida no Brasil em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Estima-se que hoje, no Brasil, 1.000 milhão de pessoas tirem dos resíduos sua sobrevivência, até 2017; segundo o MNCR (Movimento

Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos), eram cerca de 800 mil; com o advento da pandemia causada pelo COVID-19 estima-se que este número tenha crescido muito mais. O reconhecimento da profissão não implicou em mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculo empregatício e sem direitos, ganhando, em geral, menos de um salário mínimo, não estão inseridos na gestão de resíduos sólidos urbanos e enfrentam a exploração da indústria à reciclagem, inclusive ocorrendo até situação de trabalho escravo (Dados coletados junto a representantes do MNCR/RS).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, promoveu uma série de mudanças nas leis, que desde o final dos anos 1990 objetivava reconhecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Em uma nota técnica emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, em 01.04.2022, alterou a nomenclatura de Catadores de Resíduos Sólidos para Agentes de Reciclagem de Materiais, passando, assim, a ter direito à aposentadoria especial, desde que comprovem sua exposição a agentes físicos, químicos e biológicos durante suas atividades laborais. Em nota emitida em 01.04.2022, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis classificou a medida como um retrocesso, “considerando que todas as leis brasileiras que incluem, priorizam e reconhecem a importância da atividade econômica exercida pelos catadores de materiais recicláveis”, o MNC fica receoso que isso possa influenciar nas políticas públicas conquistadas para a categoria.

A cadeia produtiva de reciclagem compreende todo o processo de gerenciamento dos resíduos sólidos: o descarte pós-consumo, a coleta, a triagem, o enfardamento, a comercialização do material, a logística de transporte, o beneficiamento pela indústria e o desenvolvimento do mercado para o novo produto (SANTOS, 2010).

O trabalho de catação, separação e triagem do material retirado dos resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras corresponde a 89% do circuito acima descrito e, por décadas, é realizado pelos milhares de catadores e catadoras de recicláveis como meio para a subsistência. Às indústrias, restam 11% do trabalho (MNCR, 2019). Entre os catadores e as indústrias, figuram outros atores na cadeia de reciclagem: os intermediários (ou sucateiros) que compram dos catadores pequenas quantidades de materiais e revendem, em grandes volumes, às indústrias (SANTOS et. al., 2010).

Esta cadeia tem sido responsável por garantir ao Brasil posições de liderança nos *rankings* mundiais em eficiência na reciclagem de latas de alumínio, material PET, papelão e embalagens longa vida. Além disso, quando se consideram os atuais índices de reciclagem do país, estima-se que a atividade tem sido capaz de gerar benefícios econômicos ambientais

entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões anuais. Esse cálculo é realizado em relação à produção com uso de matéria prima virgem, medindo o custo evitado pela reciclagem em termos de consumo de recursos naturais e de energia, bem como a diminuição dos impactos sobre o meio ambiente devido ao consumo de energia, às emissões de gases de efeito estufa, ao consumo de água e à perda de biodiversidade (HARGRAVE et al., 2010).

Observa-se que os benefícios econômicos não são igualmente distribuídos, entre todos os grupos desta engrenagem. O maior percentual cabe à indústria, através da utilização do material reciclável como matéria-prima. Na parte da comercialização os “intermediários” obtêm maior lucratividade, pois têm uma estrutura adequada para atender a demanda da indústria.

Já os catadores, sejam autônomos, associados, cooperativados ou organizados em redes, trabalham frequentemente em condições precárias e subumanas, sem obter o suficiente para viver com dignidade e em situação de subordinação aos outros elos da cadeia produtiva da reciclagem (intermediários e indústria de reciclagem), em razão da necessidade de capital de giro de curtíssimo prazo, da falta de equipamentos e da capacitação técnica para a manipulação e comercialização do material recolhido (SANTOS et al., 2010).

Os catadores sempre estiveram presentes no segmento econômico da reciclagem, porém como o elo mais precário, fragilizado, explorado e marginalizado, conforme já citado anteriormente.

Sua inclusão é *precária e marginal* porque, tal qual, acontece com outras categorias sociais vinculadas a alguns setores do sistema produtivo brasileiro menos regulados, é garantida estritamente em termos do que é “racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital” (MARTINS, 2003).

Torna-se também *perversa* porque se encontra sempre associada, dialeticamente, a várias formas reais de exclusão social: a exploração do trabalho dos catadores compromete sua dignidade e sua representação pública; está articulada a processos, sobretudo sutis e informais, de negação de direitos e de participação dos catadores nos processos de tomada de decisões técnicas, políticas e jurídicas relevantes para o setor; é uma situação de privação coletiva de direitos e condições dignas de trabalho, mas que é vivida por eles como algo individual e, em razão disso, manifesta-se, do ponto de vista subjetivo, no sentir-se discriminado ou mesmo culpado pela condição em que está (SAWAIA, 2006).

Na medida em que o vínculo dos catadores de recicláveis com a cadeia produtiva de reciclagem é dado pelo seu trabalho (explorado), as transformações nas relações de produção (regulando o setor) devem ser prioritárias por parte dos agentes públicos. Mas, como os

processos de exclusão social são fenômenos multifacetados, tecidos em meio a trajetórias distintas de desvinculação, sua superação só pode ser perseguida de forma a integrar mudanças com dimensões sociais, culturais, jurídicas, econômicas e políticas, sem desconsiderar os conflitos e tensões aí imbricados (SEVERI, 2014).

O cooperativismo popular para catação e reciclagem de lixo urbano desponta como alternativa de trabalho para os excluídos dos melhores postos de trabalho nas cidades. Cabe-nos investigar como esse formato se insere, hoje, na perspectiva da economia solidária e das lutas por reconhecimento dos atores sociais com elas envolvidos (VERONESE, 2016).

A partir daí surgem, na década de 1980, as primeiras organizações dos catadores, ainda de uma forma tímida, com formato de associações e cooperativas, com o objetivo inicial de geração de renda e trabalho, estabelecendo assim, através destes grupos, uma nova forma de relacionamento com o poder público especialmente com os municípios.

Assim, no ano de 1999, surge o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR); em 2001 é realizado o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª Marcha Nacional da População de Rua, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguiram foram regidas através da Carta de Brasília, contendo as principais reivindicações da categoria: a) em relação ao Poder Executivo, a exigência de que os catadores tivessem recursos de fomento e subsídios para suas atividades de organização socioproductiva e de capacitação técnica, que a profissão fosse regulamentada e que fosse implantada a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos; b) a respeito da cadeia produtiva da reciclagem, a reivindicação da prioridade aos catadores e seus empreendimentos nas políticas de industrialização dos materiais recicláveis, garantindo-lhes o acesso e domínio sobre a cadeia, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda; c) sobre os moradores de rua, a luta pelo reconhecimento da sua existência, por parte do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, além da sua inclusão em programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental” e DST/AIDS/HIV.⁹

⁹ Extraído do site: [CARTA DE BRASÍLIA \(mn-cr.org.br\)](http://CARTA DE BRASÍLIA (mn-cr.org.br)), em 20/11/2021.

O MNCR, no decorrer de sua história, fortaleceu o protagonismo de tais sujeitos nos espaços públicos para que fossem conquistadas as melhores oportunidades de trabalho na reciclagem dos resíduos sólidos e que suas associações e cooperativas fossem consideradas parceiras prioritárias das instâncias municipais e federais para a realização da coleta seletiva (SILVA, 2008).

Ele também favoreceu a ampliação da participação social e política dos catadores na formulação de políticas públicas ligadas a demandas como: combate ao trabalho infantil, educação ambiental, saneamento básico e sustentabilidade. As mudanças legislativas que ocorreram, a partir de 2002, para combater os processos de inclusão/exclusão perversa dos catadores e reconhecê-los como agentes econômicos e sociais importantes na gestão integrada de resíduos sólidos foram elaboradas a partir de encaminhamentos e deliberações realizados nos congressos, encontros e fóruns sobre resíduos sólidos e reciclagem que contaram com a participação do MNCR (SILVA, 2006). E, sem dúvidas, a aprovação da PNRS (Política Nacional dos Resíduos Sólidos) insere-se nesse rol.

Vivi num país em que a reciclagem era importante, as catadoras e catadores eram importantes. Esta importância ocupava agenda de governo federal, havia reuniões, participação, parcerias, programas, projetos e investimentos para levantar e estruturar galpões de reciclagem, investimentos em sistemas de coleta seletiva, fechamento de lixões com a inclusão da categoria. Havia senso para saber quantos éramos, onde e como estávamos. Todo o Natal tinha um encontro com os Presidentes da República (Lula e depois Dilma), onde discutíamos nossos problemas, firmávamos compromissos, planejávamos o ano e confraternizávamos como gente, cidadãos em igualdade. Há oito anos atrás ocupávamos o Palácio do Planalto como convidados de honra, sentamos ao lado de Ministros e Presidentes da Petrobrás, Fundação do Banco do Brasil, BNDES. Assinamos um investimento de R\$ 203.000.000,00 (milhões) de reais para desenvolver catadoras e catadores, o Cataforte III. Passados oito anos, onde estamos? Por que somos excluídos? Por que não somos agenda para este governo? Este governo só quer investir na incineração de resíduos, no fechamento dos lixões, sem a inclusão e a participação da categoria. Eu me pergunto: Será que somos gente? (Alex Cardoso, Catador de materiais recicláveis-MNCR-RS/2018).

Observa-se que nos governos Lula e Dilma ocorreu uma participação efetiva dos catadores, pois havia espaços de participação, escutas e diálogos de ações.

Eu queria muito falar, de coisas boas em torno do governo Bolsonaro, mas infelizmente não tem. Infelizmente este governo fez um plano de resíduos sem participação significativa da sociedade, implantou um Programa Brasil sem Lixões, que não fechou lixões nem incluiu catadores, nem criou programa de coleta seletiva, apenas investiu nas empresas privadas. Por fim nomeou os catadores à revelia do que pensamos como “agentes de reciclagem”, desconsiderando nossa identidade, nossa luta de organização nacional e internacional (Alex Cardoso, MNCR-RS/2019).

Os avanços e retrocessos na participação da categoria são de acordo com a posição e ideologia política do gestor público. No caso da nomenclatura “Agentes de Reciclagem”, inclusa na CBO em 01.04.2022, pelo então Ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, ela objetiva garantir aposentadoria especial para os trabalhadores com mais de 60 anos de idade e 25 anos de contribuição na atividade. A entrada na lista de ocupações não é garantia da regulamentação da profissão, que depende de Projeto de Lei por meio do Congresso Nacional.

Os debates em torno do Projeto de Lei nº 354/89 estenderam-se até agosto de 2010, quando foi aprovada a Lei nº 12.305/10, resultado de um equilíbrio instável entre os vários representantes da sociedade civil (CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente), Fórum Nacional Lixo e Cidadania, Conferências do meio ambiente e MNCR) e poder público que a tornaram possível. A legislação estabeleceu metas e objetivos para pessoas físicas e jurídicas relacionados ao gerenciamento de resíduos, com os seguintes propósitos: adequar o gerenciamento de resíduos às legislações e normativas existentes, preservação ambiental com a redução do uso de aterros e a logística reversa de resíduos pós-consumo.

Considerada um marco na legislação ambiental brasileira por definir a responsabilidade na gestão do resíduo sólido, a PNRS ficou 20 anos em tramitação e estabeleceu metas, como a de acabar com a disposição de resíduos em lixões até o ano de 2014, que acabou sendo prorrogada para 2023. Contudo, ainda em 2020, o objetivo não foi alcançado em diversas localidades.

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo.

Cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e

metropolitano e municipal; além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Também coloca o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quanto na Coleta Seletiva.¹⁰

Através da participação do MNCR na formulação da PNRS, promoveu entre os catadores o entendimento sobre sua cidadania, ao mesmo tempo em que todas as identidades individuais e coletivas foram se modificando. A adoção de cada um dos termos inseridos na lei para se referir aos seus direitos faz parte de uma intensa batalha que não tem a ver só com esse processo de construção da identidade de catador, mas com a disputa pela significação das suas demandas. A batalha pelas palavras e seus significados é, também, uma batalha de caráter político-social (SEVERI, 2014).

Deve-se registrar que a PNRS/2010 trouxe avanços e conquistas para os catadores, porém após 12 anos de sua implementação pouco mudou no cotidiano desta categoria, devido aos entraves e busca de mudanças pela indústria para modificação da lei. Por mais de 10 nos ocorreram diversos ajustes e adequações através dos acordos setoriais.

Após a exposição da questão socioambiental brasileira, bem como seus desafios e a inserção dos catadores como autores sociais da reciclagem, passaremos a discutir o processo histórico da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Porto Alegre, e a organização política e econômica dos catadores.

¹⁰ [Política Nacional de Resíduos Sólidos \(mma.gov.br\)](http://mma.gov.br). Acesso em: 05/12/2021.

3. PORTO ALEGRE: O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DOS CATADORES

Apresentaremos neste capítulo, primeiramente, o processo da Gestão de Resíduos da capital do Estado do Rio Grande do Sul e a organização política, econômica e social dos catadores.

3.1 A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE: UM RESGATE HISTÓRICO AO CENÁRIO ATUAL

Em Porto Alegre, o aparecimento espontâneo de grandes depósitos informais data dos anos 50. A situação era especialmente preocupante às margens do Lago Guaíba e estava acabando com a imagem e utilização do espaço público da cidade (BALESTREM; ALVES; HOFFMANN, 1998).

No ano de 1975, surgiu o DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) com o objetivo de gerenciar os serviços de limpeza pública da cidade, dentre eles a coleta e a destinação final do lixo. Quando o engenheiro agrônomo Darci Campani assumiu como diretor geral do órgão em 1989, havia dois grandes lixões em Porto Alegre, um deles na área de banhado na Zona Norte e outro em meio a uma região residencial na zona sul. O cheiro de moscas e o vai-e-vem do caminhão que fazia uma compostagem a céu aberto revoltaram os moradores que viviam próximos ao lixão da zona sul. Um determinado dia eles decidiram que o caminhão não passaria mais por lá. A área foi fechada. O lixão da zona norte ficou aberto até 1990; a situação nos dois lixões era tão grave que o então prefeito decretou estado de calamidade pública em Porto Alegre. A partir daí o aterro da zona norte funcionou como aterro controlado até 1998. Para garantir o trabalho das pessoas que tiravam dali o seu sustento, foram criadas as UTs (Unidades de Triagem). O que não era reaproveitado ia para os aterros sanitários, locais preparados com impermeabilização do solo, rebaixamento do lençol freático, drenagem e tratamento dos líquidos produzidos na decomposição de matéria orgânica. No dia 07 de julho de 1990 é implementada a Coleta Seletiva em Porto Alegre, tendo sido uma das pioneiras no Brasil, apresentando uma abordagem diferenciada do que se fazia na época. O DMLU utilizou um sistema que abrangia desde a geração dos resíduos até a sua destinação final (Acervo do DMLU).

Considerada pioneira no Brasil, Porto Alegre, quanto à abordagem do tema e modelo implantado¹¹ e, tomando como projeto-piloto a implantação em um bairro somente, conseguiu escalar o programa para atender toda a cidade em apenas seis anos. Com a ajuda de uma forte ação de educação ambiental e investimento na capacitação dos coletores, conseguiu adesão de grande parte da população.

Somente em 2010, após mais de 20 anos de discussão no Congresso Nacional, a Lei nº 12.305, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi aprovada, estabelecendo, entre, outras medidas, a responsabilidade compartilhada. Por lei, governos, setor privado e sociedade civil organizada é responsável pela gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos. Elencado no artigo 255 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Em março de 2012, Porto Alegre promoveu mais um projeto de referência a partir da elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). O documento foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto Lei nº 18.461, de 20 de novembro de 2013, em conformidade com a responsabilidade estabelecida pela PNRS, por meio da Lei Federal nº 12.305, de 2010 (Porto Alegre/DMLU. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.2.portoagre.rs;gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2021). Esse documento dispõe de dois volumes: o primeiro exhibe o diagnóstico e o prognóstico da gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre; o segundo engloba o planejamento. A atividade, que abrangeu várias reuniões técnicas, audiências públicas e a obtenção de propostas da população, estabelece oportunidade de desenvolvimento da elaboração do plano e de critérios utilizados para capacitar a gestão do município quanto à questão dos resíduos sólidos.

O plano municipal também é uma condição para as cidades interessadas em linhas de financiamento federais e internacionais para o gerenciamento de resíduos sólidos (Porto Alegre/DMLU. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.2.portoagre.rs;gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2021).

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em 2010, disponibilizou recursos não reembolsáveis para a implementação de ações de inclusão da

¹¹ Há discussões quanto ao pioneirismo da Coleta Seletiva no Brasil. Hiwatashi (1998) indica que a primeira experiência aconteceu em Niterói. Já outras pesquisas apontam Curitiba, que implantou em 1998. <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Matérias/0Lvs/Primeira_Cidade_Brasileira_Com_Coleta_Seletiva_De_Lixo>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

população de catadores e o fortalecimento das coletas seletivas municipais nas cidades sedes da Copa do Mundo de 2014. Porto Alegre destacava-se no cenário mundial por ter sido uma das primeiras capitais brasileiras a implementar a coleta seletiva e estendê-la a 100% dos bairros. Como se não bastasse, a prefeitura havia feito um diagnóstico dos centros de reciclagem, em parceria com o Banco do Brasil e com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (aCERV, DMLU).

Assim foi se produzindo o Programa Todos Somos Porto Alegre (TSPOA), que surge a partir de ideias convergentes a partir da Lei nº 10531/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.638/2010, e na resolução 03/2010, que instituiu o Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Humana (VTHs) e Veículos de Tração Animal (VTAs).

No Plano Federal, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, formalizava a Lei nº 12.305/2010, que fomentara a criação de mecanismos de ampliação no processo de reciclagem e de apoio aos catadores através de uma política reversa a ser estabelecida em sete setores industriais, são eles: sindicatos dos setores de Alimentos de Origem Vegetal; Construção Civil; Eletricidade, Gás, Água, Obras e Serviço; Madeira e Móveis; Metalmeccânico; Minerais Não Metálicos e Reparação de Veículos. O TSPOA, tinha 03 fases, a primeira que promovia a inclusão produtiva de condutores de VTAs e VTHs, através de cursos de qualificação para carrinheiros e carroceiros para desenvolver atividades além da triagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos (RSU), ainda tinha a possibilidade destes trabalhadores ingressarem nas Associações/Cooperativas inseridas nas Unidades de Triagem. Fase dois: Restruturação do Sistema Popular de Reciclagem. Os galpões receberam a presença de assessores técnicos para apoiar na gestão, na comercialização, na regulamentação contábil e jurídica para se transformarem em cooperativas, na gestão de conflitos internos e na prestação de contas. Também buscava incentivar as entidades operadoras das Unidades de Triagem (UTs) para tornarem-se centros de empreendedorismo. Na fase três, a Educação Ambiental, objetivo do projeto de Educação Ambiental, era de aumentar a conscientização dos cidadãos em relação ao tratamento, separação e destinação correta dos resíduos sólidos. Desta forma, os galpões receberiam materiais de melhor qualidade e os trabalhadores teriam a renda ampliada, fechando o ciclo do Programa no ano de 2016 (aCERVO, DMLU).

A partir de 2017, observa-se uma mudança política nas questões que envolvem os resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre. A ideia do gestor público era a privatização dos serviços da coleta seletiva. Estima-se que 252 toneladas/dia com potencial reciclável são descartadas, indevidamente, junto com os orgânicos e rejeito e, com isso, acabam sendo enviadas para a Estação de Transbordo e de lá para o aterro sanitário de Minas do Leão (RS).

O custo total para enviar esses resíduos com potencial de reciclagem para o aterro é de, aproximadamente, R\$ 736 mil por mês, o que equivale a 8,8 milhões por ano, valor que poderia ser investido em outras melhorias para a cidade se a maioria da população separasse os recicláveis e os encaminhasse à Coleta Seletiva. Outro impacto causado pelo descarte irregular são os focos de lixo gerados na cidade (aCERVO, DMLU).


O DMLU também coleta em torno de 350 toneladas/dia de resíduos descartados irregularmente nas ruas, calçadas, praças e parques, formando os chamados focos crônicos. Além dos esforços do departamento para manter as áreas limpas, com remoções rotineiras dos focos pelas equipes regionais, fiscalização e aplicação de multas, o DMLU conta com as equipes de Gestão e Educação Ambiental, a fim de coibir as ações irregulares e incentivar o desenvolvimento sustentável na cidade. A Estação de Transbordo é o local onde os caminhões da coleta domiciliar e de lixo público descarregam todo o resíduo de Porto Alegre. Ali, o lixo é pesado e transferido para carretas com capacidade de até 53 m³, que seguem para o aterro sanitário em Minas do Leão, a 113 km de Porto Alegre.



Fotografia 2: Aterro sanitário

A Estação de Transbordo serve para reduzir os custos de transporte dos resíduos até o aterro sanitário, devido à maior capacidade volumétrica das carretas. Ela está localizada no bairro Lomba do Pinheiro (Estrada Afonso Lourenço Mariante, 4.401), em uma área de 18 hectares (<https://prefeitura.poa.br/dmlu-noticias>. Disponível em: 05/03/21).

Estes são os custos atualizados hoje que a prefeitura de Porto Alegre tem com a gestão dos resíduos:



Custos atuais

Serviço	Valor Mensal	Contratada
Coleta automatizada	R\$873.327,84	TRANSPORTES R N FREITAS LTDA - ME
Coleta Seletiva	R\$899.211,37	COOTRAVIPA
Coleta convencional	R\$4.233.709,29	B.A. MEIO AMBIENTE LTDA
Transbordo e transporte	R\$1.783.678,21	JSL S/A
Aterramento	R\$3.084.052,46	CRVR (contrato vencido 31/03/21)
Reciclagem	R\$5.158,84	ASCAT

Fonte: Portal Transparência (01/04/21)

Figura 2: Custos atuais.

A atual gestão pública tem desenvolvido diversos Gts (Grupos de trabalho) para melhorias na gestão dos resíduos sólidos urbanos (rsu) da cidade. Alguns direcionados para a tratativa das licenças operacionais (LO) e das Licenças Ambientais (LA) das Uts, outros que tratam da logística reversa, educação ambiental, etc. Porém, na maioria das vezes estas informações não se cruzam, o que ocasiona uma dificuldade no avanço dos processos. Existem divergências dentro do próprio governo para este tema: no dia 15.10.2021 é emitida uma ata após uma reunião do Prefeito com a Secretaria de Parcerias, onde é autorizada a inclusão do Programa de Parceria do Município de Porto Alegre (PROPAR/POA), como projeto prioritário para estudo de modelagem e concessão dos Serviços de Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos em Porto Alegre, diante da manifestação de interesse privado (MIP). Isso mostra a real intenção do gestor público em privatizar este serviço, o que com certeza irá ocasionar uma reestruturação do sistema hoje vigente e pode diminuir o número de Associações e Cooperativas contratadas.

3.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS CATADORES EM PORTO ALEGRE: UMA LUTA POR ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

Nos anos 1990, nas Ilhas do Lago Guaíba, o irmão marista Antônio Cecchin, com a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, fazia um trabalho de organização de catadores, com a criação de centros de triagem. Ele ajudou a organizar a catação nas Vilas Lupicínio Rodrigues e Planetário e a instalar a primeira UT da Ilha dos Marinheiros.

Denominava os catadores de “Profetas da Ecologia” e organizou diversos grupos de catadores pela cidade.

Os catadores de materiais recicláveis de Porto Alegre mantêm uma longa trajetória de luta e busca de reconhecimento de seu trabalho com o poder público. No ano de 1998 foi constituída a Federação dos Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul (FARRGS). Naquele momento havia uma participação maior na Gestão Pública e a Reciclagem era um tema muito discutido (Coleta Seletiva, Educação Ambiental), envolvendo a participação dos catadores, entre outros, através do OP (Orçamento Participativo). Esta federação, em alguns momentos, facilitou a troca de informações e a articulação entre as associações que aderiam à mesma, favorecendo uma maior confiança interpessoal entre os grupos.

A FARRGS, durante certos períodos, conseguiu dar maior visibilidade às associações, promovendo um processo de legitimação que, combinado a outros fatores, parece ter sido favorecido por uma abordagem diferenciada do poder público do município. Foi criado, em 1997, um Projeto de Alfabetização para catadores, em parceria da Prefeitura com a Federação. Esta Federação acessou recursos de instituições para construção de uma fábrica de Plásticos de Catadores, em 1998, que acabou não sendo entregue por conta de troca da gestão da cidade, com o prédio sendo destinado para outros fins. A Federação teve um problema central, pois contava com o apoio de técnicos; porém, com a falta de recursos para financiar os projetos, extinguiu-se.

“Um militante enlouquecido por sonhos”. Esta é a definição que faz de si próprio Antônio Matos, um dos fundadores da Associação Comunitária Campo da Tuca, hoje Cooperativa Campo da Tuca (COOPERTUCA), da qual é presidente. Outro sonho de Antônio, transformado em realidade, é o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem de Porto Alegre. A ideia de fundar uma representação dos fóruns de catadores é consequência da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que, entre outras medidas, delegou aos municípios a fixação de um plano de destinação dos materiais descartáveis. Entre as opções está a incineração de resíduos com poder calorífico, como papel e plástico, uma alternativa que atingiria diretamente as unidades de triagem. Rogério Fleischmann, procurador do MPT/RS, disponibilizou o auditório da instituição para que os catadores debatessem o tema com os representantes do poder público no ano de 2011. Assim, é formado o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem, tendo como fundadores Marli Medeiros (Presidente do Centro de Triagem da Vila Pinto e líder comunitária), Antônio Matos (Presidente da COOPERTUCA e líder comunitário), Alessandro Cardoso (Representante do Movimento Nacional dos Catadores e da Associação dos Catadores da Cavallhada) e Rogério Fleischmann (Procurador)

do MPT/RS (Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul). Mais tarde, o Fórum ganhou assento no Comitê Gestor do Fundo do Programa TSPOA, tornando-se ativa no gerenciamento da aplicação do orçamento. Em paralelo, o colegiado deu andamento a reivindicações históricas, como a assinatura do convênio entre as Associações e Cooperativas constituídas juridicamente e estabelecidas nos galpões (Unidade de Triagem) com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), no ano de 2013. A assinatura do convênio representou o rompimento da política assistencialista que, historicamente, caracterizou a relação das UTs (Unidades de Triagem) com o DMLU, o que representou uma conquista para os catadores. Para Antônio Matos, “o poder público é sensível quando percebe que os trabalhadores estão organizados e fortalecidos”. Em 2016 é constituído o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e à Inserção Produtiva de Catadores (FMRIC), uma conquista importante da categoria.



Fotografia 3: Arquivo da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

Em Porto Alegre a luta é por reivindicação de espaços de participação, como, por exemplo, em Grupos de Trabalho que tratam de Gerenciamento de Resíduos, do Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem, entre outros. Diante desta busca pela participação dos catadores, observa-se, também, os conflitos participativos entre a própria categoria: de um lado os catadores formais, que atuam em formato associativo/cooperativado; de outro, os informais, que atuam nas ruas e buscam também uma participação. Os mesmos trabalhadores têm interesses divergentes. Os chamados catadores informais são catadores de lixo na rua, categoria de trabalhadores associada a um acirramento da crise econômica pela qual o Brasil tem passado, constituindo-se essa atividade na única forma de sobrevivência vislumbrada por estas pessoas (SILVA, 2006). Em Porto Alegre, estima-se que existam cerca de 10 mil pessoas. Assim, seja em tempos idos ou atuais, o catador sempre esteve presente de forma

mais ou menos institucional no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos. Ele trabalha na sombra das idiossincrasias de consumo da sociedade, que teima em não refletir sobre o consumo e a geração de resíduos (SILVA, 2006).

Gonçalves (2003) aponta que os catadores compõem historicamente uma categoria que a sociedade finge que não vê, enquanto eles fingem que não existem para ela:

O garrafeiro sumiu, o papeleiro desapareceu. Entre nós – as fábricas humanas de lixo – e os sucateiros – cheios de pulseiras de ouro – restou um punhado de catadores [...]. Ficamos alheios no processo, sem nos preocupar com o destino dos materiais reaproveitáveis que insistimos em jogar fora. Como se a lixeira fosse um desintegrador mágico de matéria (GONÇALVES, 2003).

Durante a gestão pública, de 2017 a 2021, foi um momento extremamente difícil para as Associações e Cooperativas contratadas pelo DMLU: por mais de dois anos o pagamento não foi feito, os grupos precisavam tirar da partilha os gastos de água, luz, telefone, internet, etc. O governo da época sempre deixou claro que objetivava entregar a coleta seletiva para o setor privado; com todas as dificuldades enfrentadas os grupos conseguiram se manter e buscar articulações para que as ações propostas pelo Executivo não passassem na Câmara de Vereadores.

3.2.1 Articulação de Redes: Coletivo POA Inquieta oportuniza lugar de fala e protagonismo aos catadores

Em Porto Alegre há um coletivo que funciona como rede de articulação, o POA Inquieta: um coletivo de pessoas que se organiza de forma ativa, colaborativa e objetiva a transformação local. Existem dois subgrupos ligados à temática da Reciclagem e Sustentabilidade, que têm como propósito debater sobre estas temáticas, articulando pessoas, trazendo informações, boas práticas e mapeamento de empresas e organizações quanto à produção e transformação dos resíduos gerados, com o objetivo de fomentar a sustentabilidade em Porto Alegre.

Para obter apoio da sociedade, o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem se inseriu no Coletivo POA Inquieta em 2020, primeiramente com ações na busca de doações de cestas básicas durante a pandemia e, posteriormente, com articulações para conscientização da população da importância da atividade destes trabalhadores e de apoio de resoluções de problemas, como o da falta de resíduos nas Uts.

Nestes espaços os catadores estão presentes, trazendo suas experiências e dificuldades, tendo o apoio deste coletivo como articulador junto ao município. Este coletivo é uma forma de ativismo e de empoderamento para os catadores através de articulações em rede, a construção de uma participação política de organizações em rede. Além disso, neste coletivo os catadores são visualizados pela sociedade que os exclui.

No *spin* dos resíduos é uma ferramenta muito valiosa, pois, além de relatar as demandas enfrentadas no dia a dia, são trazidas pelo coletivo informações que talvez demorassem ou não chegariam aos catadores, e criam-se estratégias de enfrentamento. Nestes *spins* os catadores mantêm contato com pessoas que atuam no segmento dos resíduos e torna-se um aporte tecnológico, e suas “inquietações” são compartilhadas num coletivo formado por indivíduos de diversas áreas que traz, além de visibilidade, oportunidades para formação de novos conhecimentos. Também serve de abertura para a participação de outros coletivos, como o POntA Comunidades e o Instituto Lixo Zero.

O Coletivo Poa Inquieta abriu espaço para participação dos catadores, podendo considerá-lo um “atravessador”, pois possui entre seus membros políticos de todas as correntes, que por momentos podem se utilizar das lutas dos catadores, em prol da promoção de políticas que nem sempre atendam as reivindicações dos mesmos.

3.3 A DISPUTA PELOS ESPAÇOS DE TRABALHO E OS IMPACTOS ECONÔMICOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE

Em Porto Alegre, os catadores formais atuam em formato de Associação e Cooperativa, recebem o material da coleta seletiva e têm contrato com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Os individuais realizam a catação na rua, por vezes ali mesmo fazem a triagem, ou a triagem é feita em outros locais. Ambos são catadores e são excluídos economicamente. Cabe salientar que existe uma disputa entre ambos, promovida por setores interessados em tirar a união dos catadores enquanto categoria, são “pobres brigando com pobre” por acesso aos resíduos. Estas ações são pano de fundo para acomodar os interesses de outros segmentos.

O mercado dos resíduos segue em expansão; empresas que anteriormente ofereciam exclusivamente serviços de retirada de resíduos orgânicos do comércio e indústrias passaram a comprar recicláveis dos grandes geradores. Cadeias de supermercado oferecem promoções para clientes que trazem seus materiais recicláveis, além da inserção de *Startups*, um cenário

impensável há alguns anos. Esta mudança, que vem ocorrendo em grande velocidade, propiciada pela lógica de mercado, que amplia o interesse tanto dos excluídos do mercado formal como de grandes empresários, em relação aos resíduos sólidos, não pode ser ignorada pelos formuladores dos programas de coleta seletiva baseados na gestão compartilhada, especialmente em cidades como Porto Alegre que foi pioneira na implementação da Coleta Seletiva (DEMAJOROVIC, 2006).

Em Porto Alegre, empresas como Aparas Guarise e Embapel têm interesse econômico muito grande neste mercado dos resíduos, pois detêm o monopólio do papel e alguns tipos de plásticos, compram dos catadores informais, dos catadores formalizados e também compram de grandes geradores. Ou seja, se abastecem de todos os lados e regulam o mercado. Os atravessadores, que são compradores de material que atuam na intermediação entre as Associações e Cooperativas, e as empresas que destinam o material para a indústria, estes em alguns momentos antecipam as receitas para as Associações e Cooperativas, e também “emprestam” equipamentos como prensas, elevadores, etc., na troca de uma venda exclusiva para os mesmos.

Tem-se conhecimento da existência da “Máfia do Lixo”, que, segundo matéria vinculada em junho de 2012, existia um cartel que organizava a divisão de mercado e determinava quais empresas iriam ganhar as licitações ou contratos emergenciais com os municípios.¹²

Hoje vivenciamos “a falta de resíduos nas Uts”: a cada dia diminui o material que chega às Associações e Cooperativas contratadas pelo DMLU. Além dos fatores da crise econômica, muito mais pessoas estão nas ruas buscando, através dos resíduos urbanos, tirar o sustento de sua família, a também os denominados clandestinos, são kombis, caminhões de pequeno, médio e grande porte, que fazem a coleta anterior à chegada do caminhão da seletiva. A denominada “Máfia do lixo” que atua no município tem ações violentas: sabe-se que motoristas e garis da Cootravipa são constantemente ameaçados quando da realização do seu trabalho, o que resulta na falta de material nas Uts. Existem vários boletins de ocorrência efetuados, até o diretor do DMLU já foi ameaçado. Após a coleta o material é vendido para comunidades das ilhas; inclusive, a coleta sendo feita por crianças e adolescentes é tão estruturada que chega a ter logomarca nos caminhões.

¹² Disponível em: <www.ampacon.org.br/postmpc-rs.deflaga-operação-conexion-contra-máfia-do-lixo>. Acesso em: 20 set. 2022.



Fotografia 4: Coleta de resíduos feita por clandestinos (acervo da autora)

O resíduo cada vez mais é uma fonte de riqueza; pela rua Voluntários da Pátria existem vários depósitos de sucata que compram material dia e noite, não possuem documentação e licenciamento ambiental, sendo espaços destinados à lavagem de dinheiro. São muitos interesses nesta cadeia da reciclagem e a parte mais atuante, que são os catadores, é excluída de políticas públicas realmente efetivas e emancipatórias para esta classe.

3.4 RESÍDUOS, UM NEGÓCIO EM EXPANSÃO, E A FALTA DE INCENTIVO AOS CATADORES EM PORTO ALEGRE

O mercado de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) apresenta boas oportunidades para as empresas de micro e pequeno porte que querem apostar e se desenvolver no Brasil. Em 2019, o segmento movimentou cerca de R\$ 28 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Isso vem a causar impacto na atividade dos catadores.

E a projeção é de que esse valor cresça 50% em até sete anos. Atualmente, 13.174 micro e pequenas empresas atuam na cadeia de gestão de RSU, segundo a Abrelpe. Apesar da pandemia da Covid19, o número de negócios no segmento se manteve estável. Criada em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, é a norma que dita as regras de como o país deve lidar com o lixo. A PNRS estabelece as principais formas de como a iniciativa pública e a privada devem tratar os resíduos, incentivando a reciclagem, o reaproveitamento dos materiais e a destinação correta daquilo que não tem realmente chance de ser usado novamente.

No que diz respeito às empresas, a lei estipula que todos os negócios, independente de terem os RSU como matéria-prima, devem recuperar e destinar corretamente seus produtos e mercadorias.

Em Porto Alegre, o mercado de resíduos é próspero, em especial para as *startups* (termo da língua inglesa sem tradução oficial para a língua portuguesa, é uma “empresa emergente” que tem como objetivo principal desenvolver ou aprimorar um modelo de negócio). Está por inaugurar na capital, no bairro Navegantes, um galpão com 1,6 mil metros quadrados, que já participou de um edital de licitação pública e ganhou para o gerenciamento de resíduos do trecho “Orla 1” da Revitalização da Orla do Guaíba.

Existem *startups* em Porto Alegre, que mantêm parcerias com algumas Associações/Cooperativas de catadores, através de entrega de resíduos, aporte tecnológico e estrutural, e também na coleta de resíduos que são encaminhados para a indústria, com pagamento sobre este serviço aos catadores, executando a Política Reversa.

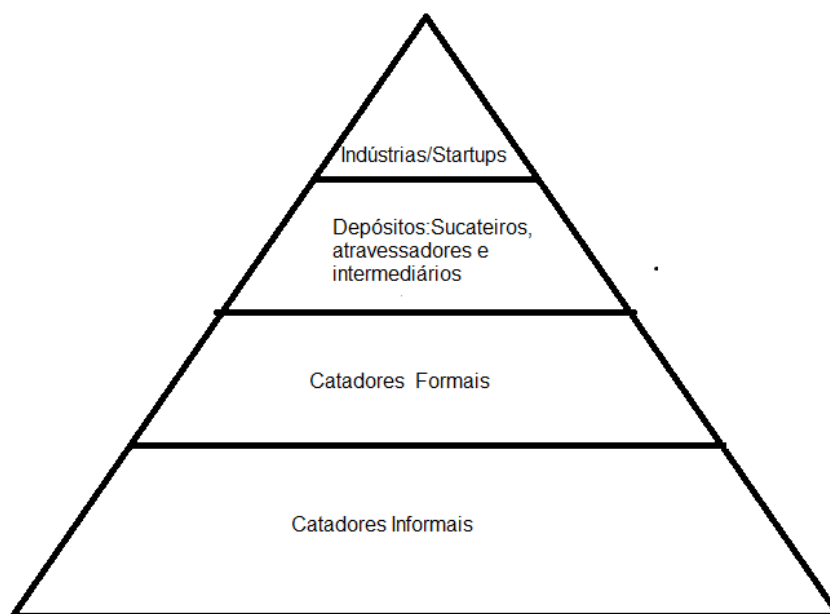
Percebe-se que cada ator tem seus interesses nas questões que envolvem a Gestão de Resíduos Sólidos em Porto Alegre: de um lado, os catadores estabelecidos em Associações/Cooperativas contratados pela Prefeitura, que buscam uma maior participação; de outro, os catadores individuais, que também buscam um espaço de reconhecimento e participação. Por sua vez, o segmento privado defende os seus interesses, e a Prefeitura operacionalizando e executando a legislação.

Considerando o acima exposto, este estudo procura investigar as razões pelas quais, passados doze anos de vigência da PNRS (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), os catadores ainda se encontram em situação social, política e econômica tão precária e sua participação na Gestão dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre tão inexpressiva. No próximo capítulo procuraremos identificar os avanços e retrocessos neste processo.

4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES NA POLÍTICA PÚBLICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PORTO ALEGRE

Hoje, em Porto Alegre, temos uma grande quantidade de pessoas que tiram seu sustento e o de suas famílias através da coleta e triagem de materiais sólidos recicláveis. Desde o advento da pandemia do Covid19 o número de pessoas que buscou, através dos resíduos, a sua sobrevivência aumentou significativamente. O resíduo torna-se um mercado em expansão através da ação de trabalhadores informais, de Associações e Cooperativas de catadores formalizados e do segmento privado. E cabe ao poder público gerenciar a atuação dos atores envolvidos na cadeia da reciclagem. “A gente quer trabalhar, não somos ladrões de lixo!” (catador informal, evento da CUT em 09/04/22).

Nossa economia tem como base o modelo capitalista, e assim se estabelecem hierarquias, conforme a figura, de modo que o segmento privado (indústrias e *startups*) se mantém no topo, os depósitos (sucateiros, atravessadores e intermediários) ao meio e a base é formada pelos catadores formalizados (Associações/Cooperativas) e informalizados (carrinheiros) que são os que mais trabalham e têm o menor ganho.



Magera (2003) assim se refere à funcionalidade mercadológica do que aqui se tem colocado como Circuito Espacial Produtivo dos Recicláveis:

A estrutura e o funcionamento do mercado de reciclagem [...] estão baseados em três componentes (ou agentes): o catador autônomo, que participa ou não de associações,

realiza a primeira etapa do processo, recolhendo e separando os resíduos em um cenário bastante competitivo (quem chega primeiro leva o lixo); os sucateiros que, informal ou formalmente, compram os produtos reciclados pelos catadores ou cooperativas e os revendem às indústrias, o terceiro componente desta cadeia de reutilização dos resíduos. As grandes beneficiadas de todo o processo de reciclagem de lixo no Brasil e no mundo são as indústrias, justamente por estarem altamente concentradas, representando um modelo oligopsônio, quando um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e os preços aos catadores e cooperativas, tornando-os reféns da exploração da economia formal sobre a informal (MAGERA, 2003, p. 108).

Em Porto Alegre, esta é a mesma realidade dos catadores formais e informais e se observa a dificuldade de participação efetiva na gestão dos resíduos sólidos da cidade, com um processo constante de avanços e retrocessos.

4.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: OBJETIVOS E METODOLOGIA

A partir da aproximação com o Programa Todos Somos Porto Alegre, através do ingresso como técnica nas Associações Anjos da Ecologia e Reciclando Pela Vida, foi possível conhecer os catadores e seu trabalho. O ingresso no Fórum de Catadores das Unidades de Triagem de Porto Alegre ampliou e promoveu a aproximação da pesquisadora com outras Associações e Cooperativas, onde, através de observações, foi possível levantar alguns questionamentos para o início deste estudo.

A pesquisa buscou observar, a partir dos atores sociais envolvidos nos diversos segmentos, como vem se construindo a Participação dos Catadores na Política de Gestão dos Resíduos Sólidos em Porto Alegre, seus avanços e limites.

4.1.1 Objetivos

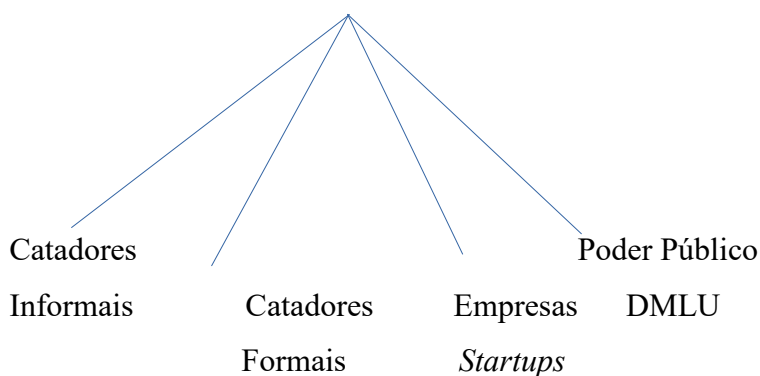
Geral:

– Analisar os processos de participação dos catadores de Porto Alegre na Gestão dos Resíduos Sólidos, compreendendo os condicionantes dos avanços e dos limites na sua capacidade decisória.

Específicos:

- Identificar o desenvolvimento das Políticas Públicas de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre, considerando os múltiplos atores envolvidos;
- Conhecer os processos de organização dos catadores e suas formas de participação na política dos resíduos sólidos;
- Compreender os contextos sociais, políticos e econômicos condicionantes e de avanços e retrações da participação dos catadores na política pública;
- Analisar os possíveis cenários para uma participação efetiva e emancipatória dos catadores enquanto movimento social na construção de política de gerenciamento.

Atores Sociais do Sistema de Gestão dos Resíduos Sólidos em Porto Alegre



4.1.2 Metodologia

A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanente e inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção real (GIL, 2007).

Assim sendo, realizou-se uma pesquisa documental junto à biblioteca do DMLU, quando foram realizadas leituras e coleta de dados em artigos, livros, materiais pedagógicos e relatórios relativos à gestão de resíduos. Para este estudo ainda se utilizou as plataformas Google Acadêmico, SciELO, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para compor a parte bibliográfica.

Numa abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas, com os diferentes atores, vinculados ao processo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre. Entrevista com grupos focais que aqui foi utilizada, é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os catadores das Unidades de Triagem a discutir sobre um assunto de interesse comum, criando assim uma interação através das vivências diárias num único encontro entre o entrevistador e o entrevistado. As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas onde os participantes têm a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (GATTI, 2005).

As observações e entrevistas foram realizadas no período de 15 março a 15 de junho de 2021; foram realizadas 04 entrevistas com Coordenadores das Associações/Cooperativas e as observações se deram através da fala, do silêncio em alguns momentos, expressões entre outros, durante as visitas nas Unidades de Triagem que participaram desta pesquisa:

- Associação Anjos da Ecologia;
- Associação Comunitária de Mulheres na Luta Anitas;
- Associação Reciclando Pela Vida;
- Cooperativa dos Catadores Do Loteamento Cavallhada – ASCAT.

O critério de escolha se deu após o envio de convite às 16 Unidades de Triagem contratadas pelo DMLU, e o aceite de 04 em participar da pesquisa, que aqui serão denominados:

A1 (Coordenador, 38 anos, sexo masculino, casado pai de 01 filho, atua há mais de 20 anos no segmento dos resíduos);
A2 (Coordenadora, 41 anos, sexo feminino, separada mãe de 02 filhos, atua há mais de 30 anos no segmento dos resíduos);
A3 (Coordenador, 39 anos, sexo masculino, casado pai de 02 filhos, atua há 09 anos no segmento dos resíduos);
A4 (Coordenadora, 58 anos, sexo feminino, viúva, mãe de 03 filhos, atua há 35 anos no segmento dos resíduos).

A demonstração dos resultados das entrevistas está exposta em um formato de narrativa, no qual os fatos se sucedem de maneira que o texto possui início, meio e fim (esse último, simbolicamente representado como o tempo presente e as perspectivas futuras) (ROESCH; FERNANDES, 2007).

As informações e conversas com os catadores informais, que estão distribuídos ao longo da pesquisa, ocorreram através de encontros em espaços participativos destes grupos sem uma coleta de dados específica.

No período de 10 de julho a 10 de agosto de 2021, as entrevistas com os representantes do Fórum de Catadores das Unidades de Triagem. B1, B2 e B3:

B1 (Coordenador do Fórum de Catadores, 65 anos, casado, atua no segmento dos resíduos há 30 anos).
B2 (Coordenador do Fórum de Catadores, 43 anos, casada mãe de 01 filho, atua no segmento dos resíduos há 30 anos).
B3 (Coordenador do Fórum de Catadores, 38 ano, casado, atua no segmento dos resíduos há 20 anos).

Empresários/*Startup*: foram convidados quatro e dois aceitaram a participação, denominados E1 e E2.

E1 (Sócio de <i>Startup</i> , 34 anos, solteiro, atua há seis anos neste mercado).
E2 (Proprietário de uma empresa de Apara de resíduos, 48 anos, casado, pai de 02 filhos, atua no segmento há mais de 30 anos).

Servidores do DMLU, foram convidados dois e estão aqui denominados, S1 e S2. Estas entrevistas também foram de forma semiestruturada, para que os participantes pudessem expor a sua visão sobre o tema.

S1 (Servidor Público há 20 anos, casado, pai de 02 filhos, atua na área financeira).
S2 (Servidor Público, recente, há 01 ano, solteiro, atua na área de atendimento às Uts).

Além destes instrumentos, foi utilizado um diário de campo, onde foram registrados os passos da pesquisa, as observações e as visitas.

A metodologia adotada mostrou-se adequada, permitindo identificar o olhar dos atores envolvidos em relação ao sistema. As entrevistas permitiram reunir dados qualitativos mais

autênticos e demonstrar como os atores sociais percebem a participação dos catadores na política de gerenciamento dos resíduos sólidos de Porto Alegre, através das dimensões Política, Econômica, Social e Ambiental. Na parte qualitativa, foi possível perceber como se dá esta participação, seus avanços e retrocessos. Em seguida, será feita a análise dos dados coletados.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS: OS DESAFIOS

Diante dos dados levantados, através da seleção intencional de atores de cada segmento trazidos pela pesquisa, percebe-se que existe um longo caminho a ser trilhado para que ocorra uma efetiva participação dos catadores no gerenciamento dos resíduos urbanos de Porto Alegre.

No Brasil, os “lixeiros”, “garrafeiros”, “homens do ferro-velho”, como eram conhecidos os catadores na década de 1970, começam a se reconhecer como um coletivo de trabalhadores autônomos a partir dos efeitos causados pelas significativas transformações ocorridas no mundo do trabalho neste período. Com a acumulação flexível de capital e o processo de reestruturação produtiva, um grave cenário de desemprego estrutural da classe trabalhadora se estabelece e o deslocamento de trabalhadores com baixa qualificação para o setor informal impele-os a adotarem estratégias de sobrevivência das mais precárias e insalubres (ANTUNES, 2000). Nesse contexto, o número de pessoas que passa a trabalhar na catação se amplia e quando os catadores se tornaram visíveis nas cidades puderam ser quantificados aos milhares (BOSI, 2008).

A necessidade de instituir uma representação política nacional origina-se, então, a partir de articulações pontuais entre os trabalhadores da catação que começam a se organizar para produzir em associações e cooperativas ao final da década de 1980 (fenômeno que está relacionado à consolidação do movimento cooperativista da economia solidária da década de 80). Os núcleos produtivos criados, que se propunham a ser autogestionários, em pouco tempo passam a se multiplicar por todo o país. Os “catadores de papel e materiais reaproveitáveis” – como à época se identificavam em coletivo –, estando mínima e organicamente organizados para a produção, começam também a empreender ações de articulação política nacional, promovendo diversas manifestações populares no país, a partir da década de 1990 (ALENCAR, 2007).

Após a implementação da coleta seletiva e a constituição das Unidades de Triagem formada por Associações e Cooperativas de Catadores em 1990, iniciou-se efetivamente a participação organizada por catadores em Porto Alegre. Existem lideranças que ultrapassaram

fronteiras, como Marli Medeiros (falecida), que era voz retumbante e uma empreendedora, pois, além da Unidade de Triagem, construiu um Centro de Educação Ambiental (CEA); ainda no espaço encontra-se uma sala de cinema, e recebe crianças e adolescentes para práticas esportivas e creche. Marli Medeiros viajou pelo mundo e construiu inúmeras parcerias para sua comunidade. Alessandro Cardoso, conhecido como Alex, é o representante do Movimento Nacional dos Catadores no RS e ANCAT (Associação Nacional dos Catadores) muito articulado e participativo nas questões políticas, também bastante representativo em eventos internacionais, formou-se em Ciências Sociais pela UFRGS e cursa mestrado em Antropologia. Antônio Matos, líder comunitário do Campo da Tuca e do movimento negro, também ativista político. Hoje emergem novas lideranças, como Ana Paula Medeiros de Lima, filha da falecida Marli Medeiros, que está à frente em diversos espaços, representando o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem, e de seu neto Luiz Henrique Medeiros, que coordena o CEA VILA PINTO (Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto).

Em 1990, durante o mandato do prefeito Olívio Dutra (PT), Porto Alegre instituiu seu programa de coleta seletiva, o que levou à ampliação do número de associações de catadores na capital – em 1996, elas chegaram a oito (MARTINS, 2003, p. 85). Com a implantação dessa política pública municipal, também cresceu o número de apoiadores, aos quais se somaram, além do grupo eclesial (fruto da atuação de pastorais populares e de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica que iniciam o trabalho de agrupar aqueles que sobrevivem do lixo), ONGs e universidades. O conjunto de entidades atuantes na questão da reciclagem deu origem, conforme Michelotti (2006), a dois fóruns: o de voluntários, constituído por organizações de apoio, e o fórum de recicladores, formado pelas associações de catadores. Em 1998, essa segunda instância fundou a Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS), que registra, conforme o autor, o início do protagonismo dos catadores: em vez dos projetos serem feitos para os catadores, passam a ser realizados com a sua participação.

Através da FARRGS, alguns catadores participaram de reuniões e articulações que precedeu a formação do MNCR, a partir de 1999. A partir de então iniciou um processo de conflito.

Oliveira (2010) estuda as redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul que se articularam em torno da questão social da reciclagem e apresenta uma análise dos conflitos ocorridos durante o processo de constituição do MNCR. Para o autor, o movimento surge para se opor a três formas de encaminhamento colocadas para a questão social dos catadores. A primeira consiste na negação da simples mercantilização da questão social da reciclagem, cuja solução

seria que os catadores se tornassem pequenos empresários. A segunda é a rejeição ao assistencialismo, que levaria os catadores a serem tratados como beneficiários de certas políticas, sem margem para intervenção em sua formulação. A terceira é a recusa à burocratização via projetos para os quais os catadores seriam simplesmente público-alvo, ficando sua execução a cargo de outras instituições. O MNCR surge, portanto, como reação a essas formas de encaminhamento que formavam o campo de debate sobre a reciclagem, e propõe o protagonismo dos catadores. Durante este período não havia distinção entre catadores formais e informais.

Registra-se que neste período o DMLU forneceu o aporte jurídico para a formação das Associações/Cooperativas, suporte operacional e entrega dos resíduos coletados, não havendo pagamento pela prestação dos serviços. As despesas de água e luz eram pagas pelo DMLU.

A partir de 2005, com a saída do PT após 16 anos à frente da prefeitura de Porto Alegre, a participação dos catadores na gestão dos resíduos sólidos recicláveis começa a mudar. Em 2008, pelo então vereador e atual prefeito da cidade Sebastião Melo, foi criada a Lei nº 10.531/2008 e assinada por Eliseu Santos (prefeito em exercício na época), e regulamentada em 10 de setembro de 2008 pelo Decreto Municipal nº 16.638/2010; na Resolução 03/2010 da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação), que instituiu o Programa de Redução Gradativa de VTAS (Veículo de Tração Animal) e VTHS (Veículo de Tração Humana). A lei extinguiu as carroças em Porto Alegre, porém, através de ações e mobilizações dos catadores os VTHS, se mantém até hoje, o prazo para circulação do VTH foi estendido em 22 de junho de 2022 até 31 de julho de 2026. Existe um tencionamento pelo poder público entre diversas gestões em promover uma “disputa pelo resíduo entre os catadores informais e os formalizados”; sempre que existe falta de resíduos nas Unidades de Triagem, a responsabilidade é direcionada pela ação dos informais. Em 2011, através da Secretaria de Governança Local de Porto Alegre (SMGL), é encaminhado pela Braskem, uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, para a construção de um programa de inclusão social para na reciclagem. Desde o início, ficou estabelecido que as decisões a respeito da execução do orçamento do Programa teriam a participação da população interessada, para que ela pudesse ver nele uma alternativa efetiva de melhora de sua condição de vida, e não uma restrição à sua atividade. Essa participação não seria reduzida a uma interlocução consultiva; os catadores tomariam parte na tomada de decisões por meio de representação no Conselho Fundo do TSPOA, o que não ocorreu na prática. O Programa Todos Somos Porto Alegre, que entre tantos objetivos tinha o de resolver o problema dos catadores que trabalham nas ruas, para que os mesmos migrassem para as

Associações/Cooperativas contratadas pelo DMLU, ou participassem de cursos de capacitação promovidos pelo Programa para que tivessem uma nova profissão. Porém, isso não aconteceu, ocorreram promessas da iniciativa privada absorver esta mão-de-obra, mas muito poucos se mantiveram nas poucas vagas abertas (Acervo DMLU).

Quanto à segunda parte do programa (que se tornou uma política pública), o principal objetivo era elevar a produção e qualificar a infraestrutura das Unidades de Triagem conveniadas com o DMLU. Com isso, melhorar as condições de trabalho e renda para os catadores, além de investimentos para melhorias de infraestruturas das Unidades de Triagem. Isso ocorreu em algumas e não em todas, e hoje a realidade é bem diferente. Por fim, na sua terceira parte, cujo objetivo principal era orientar a população a separar os resíduos sólidos pós consumo de forma adequada, possibilitando o ingresso de maior volume de cargas da coleta seletiva nas Uts e, conseqüentemente, o aumento da renda dos trabalhadores e dos materiais redestinados ao mercado. Ações com a participação dos catadores foram desenvolvidas, através das Estações Recicla Poa, que eram “mini-uts” instaladas em locais públicos com grande fluxo de pessoas, onde os catadores recebiam o material e realizavam a triagem, demonstrando o que é reciclável ou não, e mostrando a importância do seu trabalho para a sociedade.

Em meio ao Programa Todos Somos Porto Alegre, os catadores formalizados passam a contar com o apoio do MPT (Ministério Público do Trabalho), da Associação Caminho das Águas, Viva Moara, AVESOL, Mãos Verdes, Incubadora Tecnológica da PUCRS, entre outros, e surge o FCPOA (Fórum dos Catadores de Porto Alegre), no ano de 2011. Em 2013, no dia 17 de julho, o FCPOA e o DMLU, firmaram acordo para conveniar as associações/cooperativas que recebem as cargas da coleta seletiva e pagá-las com base na sua produção e a quantidade de trabalhadores envolvidos no trabalho (Acervo DMLU).

“Este convênio celebra o retorno dos catadores ao cenário nacional de conquistas, agora sim somos um parceiro do DMLU, estávamos há mais de 10 anos sem avanço” declarou Alex Cardoso, membro do MNCR e da Coordenação do FCPOA, em 18.07.2013

O convênio passou a ser pago em 2014, e em 2020 migrou para contrato. O fórum, a partir de 2016, passa a ser Fórum de Catadores das Unidades de Triagem, formado por 16 Associações Cooperativas contratadas pelo DMLU e mais 03 não contratadas, porém recebem cargas da seletiva e tem seu rejeito retirado pelo DMLU. Cabe registrar que, no governo municipal, no período de 2017 a 2020, não ocorreu por diversos períodos o pagamento às Unidades de Triagem, que precisaram tirar da partilha os valores para suprir suas despesas.

“Nós sobrevivemos! Ele tentou acabar com a gente e não conseguiu!” (Desabafo de um Coordenador de uma UT, em outubro de 2020).

4.2.1 Uma classe de trabalhadores dividida: informais e formais

O trabalho dos catadores de resíduos sólidos recicláveis em Porto Alegre, durante décadas, desenvolveu-se de forma totalmente individualizada e marginalizada. Famílias inteiras viviam da catação, ou seja, do resultado direto da venda do material aos atravessadores, aparistas e ferros-velhos.

No que tange às principais mudanças adotadas pelos denominados “novos” movimentos sociais em relação ao passado, Maria da Glória Gohn (2019, p. 15) destaca que, agora, é preciso classificar o tipo de ação coletiva utilizada para caracterizar uma modalidade de movimento social, pois “[...] estas ações [...] tanto podem ter caráter emancipatório e transformador, como meramente integrativo e conservador” (GOHN, 2019, p. 8). Esta é a situação de conflito entre os catadores em Porto Alegre, porque buscam a emancipação, porém a maioria dos grupos portam-se meramente de forma integrativa, sem participação efetiva. A realidade mostra que a maioria das Associações/Cooperativas são verdadeiros “Feudos” pois a direção é formada na maioria por membros da mesma família que comandam os grupos. Assim não oportunizam o revezamento administrativo, nem a participação política dentro destes espaços. O Fórum de Catadores das Unidades de Triagem busca uma análise do porquê do posicionamento e/ou falta dos grupos e busca uma avaliação interna e retomar as formações políticas.

Relatos colhidos nos grupos focais: das 04 representações entrevistadas, 03 responderam que fazem reuniões mensais, e que o assunto abordado são questões de relacionamentos e produtividade; temas “que encham as cabeças de minhoca” são evitados, diz (A3), referindo-se ao engajamento participativo e político dentro do galpão. (A1) respondeu que as reuniões são semanais e tratam de todos os tipos de pauta, sem nenhum tipo de censura, pois objetivam formar novas lideranças e rotatividade de comando.

Conforme o questionamento feito no (Apêndice A) às lideranças e Coordenadores, os sócios têm participado de algum movimento social, popular ou da categoria dos catadores? Qual? Qual a importância da participação nestes espaços? Quantos sócios representam a Associação/Cooperativa nestes espaços? Ou somente a Coordenação Participa?

(A1) respondeu que sim, no Fórum de Catadores 1 sócio/cooperado, no MNCR são 02 sócios/cooperados. No MNCR a participação para formação política dos associados/cooperados é muito importante; além da conscientização da cidadania o aprendizado de como acessar as políticas públicas.

(A3) respondeu que sim, no Fórum e CUT na Comunidade com 1 representante da coordenação em cada.

Hoje milhares de pessoas continuam a tirar o sustento de suas famílias dos resíduos; com o advento da pandemia do COVID19 e do atual momento econômico que passa o mundo, o número de pessoas que trabalham de forma informal aumentou muito.

[
No mês de julho de 2021, havia cadastrado só na Zona Norte de Porto Alegre em torno de mil catadores informais que trabalham com caminhões e camionetes. Tem muita gente trabalhando com o lixo seco e nós nem chegamos ainda a cadastrar o pessoal que trabalha de forma avulsa com carrinhos“ (Venâncio, representante dos catadores informais, em 17 de junho de 2021).

No mês de maio de 2021, ocorreu a primeira de muitas manifestações dos catadores informais, pelo direito ao trabalho. A prefeitura alega que a falta de material nas Unidades de Triagem se dá pelo aumento da população que atua nas ruas retirando dos resíduos o sustento de suas famílias. O gestor público passou a apreender caminhões e camionetes com resíduos e aplicou severas multas, além de ações para convencimento dos catadores autônomos para trabalharem nas Associações/Cooperativas contratadas pelo DMLU.

Este embate gerou mais discórdias entre os catadores formais e informais pela disputa do material sólido reciclável em Porto Alegre. A gestão pública fez diversas reuniões com representantes dos informais e uma com o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem de Porto Alegre. Em nenhum momento fez-se uma reunião conjunta com os dois grupos, através do ente público, para buscar uma solução efetiva para todos.

Em 27 de abril de 2022, na sede da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, a Prefeitura de Porto Alegre e os Recicladores Autônomos assinaram o termo de compromisso que dá continuidade ao processo de inclusão dos trabalhadores para a regularização do trabalho da reciclagem. O objetivo é tornar os recicladores autônomos vinculados à Cooperativa dos Recicladores e Papeleiros da Ilha Grande dos Marinheiros, e do seu entorno, integrantes do sistema único de coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos (RSU).

“Estruturamos uma proposta de consenso e chegamos a um bom termo, numa construção intersetorial das secretarias municipais com esses trabalhadores. Uma boa parte

dos recicladores possui aptidão empreendedora. Por isso, é oportuno buscar uma forma de legalizar a atividade”, afirmou o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Léo Voigt.

O principal objetivo do acordo é assegurar a possibilidade do trabalho, com a devida obtenção de renda para os trabalhadores autônomos da reciclagem, sem criar dificuldades para as Associações/Cooperativas contratadas pelo DMLU.

“O nosso acordo simboliza um avanço nas negociações para a formalização do trabalho que é exercido por essas pessoas. Esse é um projeto-piloto, que temos certeza que vai ser consolidado, pois simboliza a realização de uma força-tarefa que envolveu vários agentes e que visa tornar uma realidade as normas federais que estabelecem a prioridade da participação de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, visando sua inclusão social e a emancipação econômica”, destacou o defensor público dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas, Rafael Magagnin.

A reivindicação dos recicladores ocorreu em função de multas aplicadas por coleta indevida, de acordo com a Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, que instituiu o Código Municipal de Limpeza Urbana, no qual são regidos os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos. O acordo foi construído para buscar a formalização do trabalho desses autônomos. “Somos todos oriundos das carroças e carrinhos! Eu sou filha de carroceiro, minha mãe criou eu e meus irmãos em cima de uma carroça puxada por cavalo. Hoje trabalho numa Cooperativa e vejo a diferença. Todos têm que trabalhar, e respeitar as regras! (Coordenadora de uma Cooperativa, 38 anos, casada mãe de 03 filhos).

As relações entre o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem e o poder público nos anos de 2017 e 2020 foi de muita turbulência: o poder público não estabeleceu diálogo com os catadores, sempre de maneira arbitrária se colocava e deixava claro o interesse em privatizar a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade e extinguir as Unidades de Triagem, pois, segundo entendimento do gestor público, só geraria prejuízo para o poder público.

“Completo meus três anos de governo com duas frustrações relacionadas à área ambiental. Uma por não termos conseguido avançar no licenciamento para facilitar novos empreendimentos na cidade, e com agilidade. Outra diz respeito à logística reversa, em que ainda há muito para ser feito”, disse o prefeito. Marchezan lembra que iniciou seu governo com gigantesca expectativa por uma legislação inovadora, mas isso ainda não ocorreu” (Prefeito Nelson Marchezan Júnior na abertura do Seminário Cidade bem Tratada, da Fundação Mata Atlântica e Ecossistemas, 12/09/2019).

No governo atual houve uma abertura de comunicação, como o da participação da Frente Parlamentar da Logística Reversa, onde são discutidas as principais pautas sobre os Resíduos Sólidos Urbanos, bem como a participação de todos os atores sociais envolvidos. Entre alguns avanços foi aprovado um reajuste para as Unidades de Triagem que ainda não ocorreu. Foi levada pela Frente Parlamentar da Logística Reversa a PLE 11/2021, que trata da Logística Reversa das Embalagens, que, por quase um ano, havia sido construída no coletivo, posteriormente foi retirada por solicitação do Prefeito. Com relação à documentação que as Unidades de Triagem necessitam ter para seu funcionamento ocorreram avanços, inclusive culminado com o primeiro licenciamento Ambiental de uma Cooperativa contratada pelo DMLU.

Aqui observa-se bem o famoso "morde e assopra": em um momento os catadores são valorizados e chamados a participar das discussões, no momento seguinte se defrontam com medidas de privatização do Gerenciamento dos Resíduos de Porto Alegre, sem nenhuma participação da categoria.

O Conselho Gestor de Parcerias (CGP) incluiu no programa de parcerias e concessões do município a concessão da gestão dos resíduos sólidos, incluindo a coleta, tratamento e destino final dos resíduos. Deverá ser apresentada solução adequada para os resíduos recicláveis, orgânicos, inertes e rejeitos.

O destino final ficará a cargo do concessionário, que poderá usar a metodologia que entender mais adequada desde que aceita pelos órgãos públicos competentes. A tarifa pelo serviço não poderá sofrer acréscimo em relação à atual e será cobrada diretamente pelo concessionário.

Com a concessão, a Prefeitura de Porto Alegre visa à qualificação dos serviços relativos aos resíduos sólidos da cidade. Uma empresa já manifestou interesse em apresentar estudos neste sentido. "É importante avançarmos neste projeto. A cidade só ganha com a expertise do setor privado" (secretária de Parcerias, Ana Pellini, em 19/10/2021).

Estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica de concessão dos serviços de Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos, foi criado pela Secretaria de Parcerias. O Projeto foi incluído como prioritário no Programa de Parcerias de Porto Alegre (PROPAR), conforme deliberação do Conselho Gestor de Parcerias – CGP, em decorrência do recebimento de Manifestação de Interesse Privado (MIP) das empresas REVITA ENGENHARIA S.A. e CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA., conforme Edital de Comunicação Processo: 21.0.000116233-8, publicado em 29 de abril de 2022. O prazo de entrega dos estudos pelas empresas colaboradoras com o Projeto:

que se prorroga o prazo para entrega dos estudos, fixando a data limite de 17/08/2022. Assim, um estudo que deveria ter no mínimo dois anos para ter respeitabilidade será concluído em menos de 09 meses desde o lançamento, ocorrido em novembro de 2021.

Em suma, sempre um passo à frente outro atrás: apesar da busca constante por espaços participativos, os catadores formais e informais não foram chamados para discussão e participação deste estudo que irá alterar drasticamente o trabalho desta categoria. Durante 30 anos os serviços de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre estarão nas mãos do setor privado.

A abordagem política de participação democrática objetiva a atuação e mobilização política da população e das organizações da sociedade civil:

[...] a participação popular e o fortalecimento da sociedade civil ganham um valor em si e desempenham ao mesmo tempo um papel fundamental no caminho para a sociedade sustentável [...] o planejamento é orientado pelas necessidades da população, mas também conduzido por ela (FREY, 2001).

Entre os catadores informais não se observa uma representação constante, e sim em ações pontuais eles se articulam em conjuntos com algumas ONGs.

Hoje, o Fórum de Catadores das Unidades de Triagem tem 02 representantes titulares no Conselho Municipal de Meio Ambiente e um suplente. Existe um GT (grupo de trabalho) denominado “Força Tarefa” criado pelo Prefeito Sebastião Melo, com o objetivo de reunir diversas secretárias e representantes (2) do Fórum de Catadores das Unidades de Triagem para encontrar soluções para o aumento de resíduos nas Uts. Este GT foi criado em janeiro de 2022 e teve até agora 2 reuniões sendo que na primeira “esqueceram de avisar os representantes dos catadores”.

A Coordenação do fórum, eleita em 2018, é composta por 10 pessoas, sendo cinco titulares e cinco suplentes. Observa-se nas reuniões da coordenação um número pequeno efetivamente e que atue e participe dos eventos e encontros com representantes dos gestores públicos 03 ou 04.

Eventos públicos sobre resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre com o número de representantes da Coordenação do Fórum de Catadores das Unidades de Triagem Porto Alegre (2020-2021):

Audiências Públicas (05 eventos)	Participação de 06 Coordenadores
Reuniões da Coordenação (04 eventos)	Participação de 05 Coordenadores
Lives (25)	Participação de 05 Coordenadores
Seminários (03)	Participação de 02 Coordenadores
Entrevistas Jornal/TV/Rádio 08	Participação de 04 Coordenadores
COMAM	Participação de 02 Coordenadores

Fonte: Pesquisa de campo.

Convém registrar que estes eventos se realizaram no período da pandemia de forma virtual, e mesmo assim os representantes são quase sempre os mesmos. Isso já é cultural, não existe uma participação efetiva dos representantes das Associações/Cooperativas dentro do Fórum; são as mesmas lideranças que ocupam os espaços.

Quando questionados sobre a representatividade da coordenação em outros espaços, como Conselhos municipais, coletivos, sociais, etc., é centralizada em alguns membros ou é aberta a todos? (Apêndice B)

É aberta a todos, porém a participação é daqueles que se propõem a se dedicar, aos que já possuem uma experiência de luta e de direitos, os que de alguma forma têm compreensão das políticas públicas direcionadas à categoria dos catadores, os que estão ligados à parte administrativa/organizacional de seus coletivos. Também temos como justificativa atualmente o pouco interesse de demais membros devido ao desafio diário que envolve os coletivos de catadores, onde se entende que “catar e vender” coloca comida na mesa e sair por aí para “falar à toa, não”, justificativa compreensível diante da cultura da sobrevivência de maior parte dos brasileiros, onde pobre tem que trabalhar até a exaustão! (B2)

É aberta a todos, porém acaba sendo os mesmos, pois muitos não demonstram interesse! (B3)

Possibilitar a formação política e de novos projetos que possam produzir conhecimento aprofundado sobre a realidade econômica, social e ambiental dos catadores e aprofundar a análise a partir da continuidade constitui, também, uma proposição à organização dos catadores, de modo a contribuir para o atendimento das suas reivindicações e objetivos e com as relações que geram na vida social para garantir sua sobrevivência.

Conforme anteriormente demonstrado nos dados da pesquisa, participação é aberta a todos, porém são sempre os mesmos que se disponibilizam a ir e representar o Fórum nos diversos espaços.

Existe uma necessidade de formação política, pois somente assim o reconhecimento do trabalho dos catadores como agente ambiental e a efetivação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos se constrói.

Quanto a se perceberem como agentes ambientais, conforme questionamento (Apêndice A), as respostas foram:

– “Sim, o Grupo realiza a Coleta dos Resíduos no seu entorno e realização periodicamente ações objetivando a educação ambiental” (A1);

– “Sim, o Grupo realiza a compra de material reciclável através de um ‘eco moeda’ onde as pessoas vendem seus resíduos com pagamento com a ‘eco moeda’ que é gasta no comércio do bairro. Além de estarem construindo um ‘gibi’ para distribuição nas escolas de seu entorno objetivando a educação ambiental” (A2);

– “Sim, pois além de triarem os resíduos sólidos recicláveis que posteriormente retornaram a indústria, praticam ações de educação ambiental” (A4);

– “Disse que o grupo não se considera agente ambiental, pois entendem que não praticam outras ações que julgam compor um agente ambiental, como redução e controle da água e luz, e preservação do solo (muita pilha, vidros e outros materiais que contaminam o solo do terreno)” (A3).

É oportuno o registro que existem catadores informais que se denominam como “Agentes Ambientais”, porém deixam seus rejeitos pela rua a céu aberto, sem nenhum cuidado. Quando questionados sobre isso dizem: “O DMLU que leve!”.

No Fórum de Catadores das Unidades de Triagem ocorrem disputas de espaço, e promove um esvaziamento que se observa já no período anterior à pandemia. Com o advento da COVID19, os encontros remotos escassos e nem sempre com disponibilidade de acesso por todos, resumiu-se na maior parte do tempo a discussões dentro do grupo de WhatsApp e encontros virtuais entre os componentes da coordenação, o que ajudou neste afastamento e descrédito de ações coletivas. Por isso a importância de formações em diversas instâncias, com destaque à política. Porém, para o êxito deste fortalecimento interno do fórum precisa ocorrer uma mudança de pensamento e postura dentro das Associações e Cooperativas, perceberem que as decisões necessitam ser coletivas, ocorrer uma descentralização de poder, participarem de capacitações alternando a participação dos representantes.

Foi questionado aos Coordenadores do Fórum de Catadores das Unidades de Triagem (conforme Apêndice B) como o Fórum visualiza a participação na Gestão de Resíduos Sólidos e uma das respostas foi bem impactante:

Desigual, a não participação dos catadores é benéfico aos mais abastados, aos que possuem interesses políticos e aos que precisam cumprir com favores políticos e aos que precisam cumprir com favores políticos (B3).

Sobre o embate existente entre os catadores formais e informais proposto por diversas gestões públicas e qual o objetivo os representantes do Fórum. assim se posicionam:

Vejo como consequência da desorganização da cidade, de uma má gestão em uma pauta tão importante para o município. Também não enxergo que houve por parte da prefeitura uma intenção direta em promover o embate, entre as duas “categorias”, acredito que na verdade a pauta como um todo não foi preocupação dos gestores públicos, causando o caos que causou. Percebo uma intenção de soluções possíveis, isso após as secretárias escutarem minimamente as contribuições dos catadores” (B1).

Talvez diretamente a Prefeitura não tenha estimulado esta briga, mas ela ganha com isso; enquanto ficamos brigando entre nós, eles vão agilizando a privatização do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da cidade (B2).

O reconhecimento do fórum dar-se-á quando for coeso e ter representatividade e confiança entre seus pares, bem como a unificação da categoria num único Fórum, tanto para os formais quanto informais, para promoção de uma participação efetiva.

A partir daí conseguirá parcerias e poderá disputar o mercado dos resíduos, mostrando que as Associações/Cooperativas são organizadas e viáveis economicamente. Trataremos da importância do segmento privado neste processo participativo dos catadores no próximo item.

4.2.2 O olhar do segmento privado

Para o segmento privado formado por empresas e *startups* o resíduo é muito valorizado, tornou-se um negócio e próspero. E a iniciativa privada entende que a participação dos Catadores no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Porto Alegre é fundamental, pois a categoria é parte da cadeia da logística reversa e impacta no seu negócio.

Na cadeia produtiva, a empresa vê os resíduos como matéria-prima, o catador informal que está na rua, que está na outra ponta da cadeia é quem vislumbra a transformação do lixo em resíduo, assim como catador formalizado que ao abrir a

“sacolinha” já está executando a triagem correta dos resíduos, que chegará à empresa para posteriormente chegar à indústria (Representante do setor privado, que participou da entrevista).

Existem parcerias de *Startups* com algumas Associações/Cooperativas de Porto Alegre, bastante exitosas, conforme trazem algumas falas dos Líderes e Coordenadores através da entrevista (Apêndice A) e com representantes do segmento privado (Apêndice C): três disseram que possuem parcerias com *startups*, e se dizem muito satisfeitos, pois recebem material de ótima qualidade; um já teve inclusive aporte tecnológico; um respondeu com empresa automobilística, e não tem com *startups* por decisão do coletivo.

Temos operação não somente em Porto Alegre, mas em outros 12 estados do Brasil e no Distrito Federal. Nossa ligação com os catadores formais se dá através parcerias com Associações/Cooperativas, onde levamos resíduos coletados em grandes geradores que são nossos clientes, solicitando apenas a informação em troca, para entregar a rastreabilidade necessária (levando receita adicional e previsibilidade de volume para os parceiros e segurança de destinação dos clientes). Temos, ainda, projetos de logística reversa, como o caso da Alpargatas, que vieram realizar a compra de resíduo não antes comercializados e profissionalizar o processo dos parceiros homologados. Com os catadores informais não temos parceria, por uma questão legal e contábil de rastreabilidade de entrada de materiais, mas sempre buscamos integrar os catadores informais da região nas Associações/Cooperativa parceiras (E1).

Compramos o material dos formais e informais. Nossa parceria é só com os formais através de cedência de equipamentos (Prensa, Empilhadeiras etc.) (E2).

A Polen, uma *cleanteach* (como são chamadas as *startups* de produtos e tecnológicas sustentáveis) do Rio de Janeiro, abriu em Porto Alegre, no mês de dezembro, um centro de coletas e distribuição de resíduos sólidos. Estão instalados no bairro Navegantes, e têm por objetivo facilitar a conexão de quem deseja comprar material reciclável com quem vende. Renato Paquet, CEO da Polen, coloca que, por meio de operações regionais, a empresa visa auxiliar os catadores na venda de material recicláveis, fazendo a homologação do material até que chegue a indústria. Além desta operação, a Polen ganhou a concorrência por 34 anos para fazer a neutralização de impactos ambientais de embalagens no trecho 01 da orla do Guaíba e pelo Parque da Harmonia. O serviço de coleta dos resíduos no Parque da Harmonia no período dos festejos farroupilhas era executado pelas Associações/Cooperativas de catadores de Porto Alegre com apoio do DMLU. Por falta de Política Pública e de uma falta de participação efetiva dos catadores, este serviço e os resíduos foram direcionados para o segmento privado

Destacamos uma fala extraída da entrevista (Apêndice B) de um Coordenador do Fórum sobre as dificuldades que existem para formação destas parcerias;

Primeiramente um histórico de frustrações com parcerias sem sucesso. Falta de conhecimento e atualizações por parte dos catadores, que impossibilita o entendimento que tem parcerias importantes para o desenvolvimento da UT. Também se percebe a intenção da Gestão Pública em confiar mais em “startups” do que em coletivos de catadores, por vezes para fazer a mesma atividade (B1).

Foi abordado na entrevista (Apêndice C) a questão da falta de resíduos urbanos nas UTS, já que com a intervenção do segmento privado no mercado diminuiu a chegada de material nestes espaços. Um dos representantes do setor disse:

Acredito que o que ocorreu não foi uma diminuição do volume de resíduo gerado na cidade, mas sim um redirecionamento deste volume. Com a pandemia, muitos novos catadores informais surgiram, levando resíduo para os atravessadores, recebendo parte do valor existente no processo. Além disso os agentes privados perceberam o valor existente na gestão e transformação dos resíduos, investindo cada vez mais em tecnologia e rastreabilidade, coletando e transformando boa parte desse volume. Por fim, as grandes produtoras de embalagem assumiram um pouco mais o papel delas na logística reversa e criaram campanhas de bonificação pelo descarte consciente, pulando a etapa inicial da triagem. Desta forma, se olharmos para o volume que chega nas Associações/Cooperativas, podemos ter esta visão de que o volume reduziu drasticamente, mas o que de fato está acontecendo é a inserção de novos atores no processo, dispensando a destinação final (E1).

Quanto à preservação ambiental, segundo os entrevistados, a vantagem da utilização dos resíduos para o meio ambiente é fundamental, pois assim estão preservando as fontes naturais, e reduzindo o impacto ambiental.

É um diferencial de mercado, quanto á importação, nenhuma empresa recebe produto da outra se a mesma não tiver a certificação ISO (E2).

As empresas hoje têm preocupação em reduzir a geração de resíduos resultantes de sua produção, além do uso de tecnologias limpas, a implementação da política reversa (E2).

4.2.3 O papel do poder público na participação dos catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos em Porto Alegre

O Poder Público, enquanto ator social no processo participativo dos catadores no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre, tem papel principal. Existem muitos desafios; o sistema de gestão consiste numa proposta institucional da prefeitura, realizada pelo DMLU, para a gestão de todos os resíduos sólidos. As diretrizes desse gerenciamento são: Redução na origem; Reciclagem; Tratamento e Destinação Final.

Com o edital de Privatização do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Porto Alegre, em curso, algumas dúvidas surgem e os catadores formais ficam sem resposta.

Quando questionados (Apêndice D) se existe uma representatividade participativa dos catadores no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre, obtivemos estas respostas:

Os catadores participam do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre através das entidades com competência para atuação na área, tais como Comissões, Conselhos e Ministério Público (S1).

Não, pelo modelo proposto atualmente (S2).

Observa-se a diferença de percepção: a representatividade dos catadores formalizados se dá pelo Fórum de Catadores das Unidades de Triagem e não por outras instituições, que por vezes são instrumentos conciliatórios como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Foi abordado (conforme o Apêndice D) sobre a possibilidade de extinção da coleta seletiva em Porto Alegre:

Segundo a políticas atuais, sim (S2).

A competência municipal de delinear a política pública dos resíduos, bem como as leis que regem a matéria, inviabilizam qualquer pretensão de uma gestão municipal de ser um órgão fiscalizador. Não” (S1).

Outro assunto destacado, conforme o Apêndice D, foi sobre a solução para o embate existente entre os catadores formais e informais e o papel do gestor público neste tema.

Acredita-se que o caminho mais lógico à formalização dos catadores informais, através de Cooperativas estruturadas com condições de coleta formal (semelhante a contratação existente) ou apenas para triagem dos resíduos (semelhante as UT), porém os informais de Porto Alegre estão longe de se adequarem ou se organizarem para isso (S2).

Não existe uma solução absoluta, pois trata-se de um assunto complexo, em que só se ouvindo todos os personagens e compilando as práticas que dão os melhores resultados que o gestor público conseguiria tomar as melhores decisões visando a organização do sistema. Os informais coletam e comercializam os resíduos com melhores retornos financeiros, enquanto os formais triam todo o tipo de resíduo seletivo, com produtos com baixo retorno financeiro. Sendo assim, talvez a solução seria haver um subsídio para os resíduos recicláveis com menor viabilidade econômica, para que o poder público atue nos resíduos que o privado não tem interesse, remunerando os formais de forma equânime aos informais (S1).

Durante os anos 90 até 2016, o poder público desenvolvia programas de Educação Ambiental, formal e informal, dirigidos às escolas municipais, estaduais e particulares e também à comunidade em geral. Ocorriam visitas às Unidades de Triagem e formação de para professores através do curso "Os caminhos do Lixo". Também ocorriam peças teatrais, gincanas ecológicas e exposições. Entre 2017 e 2020 estas ações foram desarticuladas. O

setor de Educação Ambiental, a partir de 2021, está sendo reorganizado e preparando ações, por enquanto nenhuma que envolvam os catadores.

Efetivamente, cabe ao poder público uma ação inclusiva e participativa para os catadores, neste processo. Fica muito claro que, independente do gestor público, existem ações que funcionam como um elevador “momentos de subida” outros de “descida”, desta participação. As movimentações ocorrem de maneira tão insignificantes que nos mostram isso no dia a dia, como o indeferimento de um documento, por motivo não explicado, na forma legal, até a retirada de uma PL trabalhada durante um ano com os catadores. Não surgem propostas de Educação Ambiental promovida pelo poder público com a participação dos catadores. Os avanços e retrocessos são diários.

É necessário reverter a lógica do capital para não deixar prevalecer o interesse do segmento privado em detrimento dos catadores.

Desta forma, o gestor público não deve permitir que prevaleçam os interesses particulares; para que não haja monopólio dentro da rede da reciclagem, os interesses privados não devem comandar o sistema de gestão. Infelizmente, é neste sentido que Porto Alegre está se direcionando. Isso pode acarretar em perdas de investimentos do setor público no fortalecimento das dimensões econômicas, sociais e ambientais no trabalho dos catadores contratados pelo DMLU.

As possibilidades da Coleta Solidária e a Comercialização em rede são alternativas para os catadores, como será focado no próximo item.

4.3 CENÁRIOS POSSÍVEIS: COLETA SOLIDARIA E A COMERCIALIZAÇÃO EM REDE

Porto Alegre produz diariamente em torno de 61 toneladas de resíduos recicláveis por dia. A coleta seletiva é o recolhimento em separado dos resíduos sólidos orgânicos e recicláveis, destinado à triagem, aumentando a quantidade de resíduos que serão encaminhados para a reciclagem e reduzindo a quantidade de resíduos que serão encaminhados aos aterros. Este processo coloca os materiais de volta ao ciclo de produção no qual foram originados pelas empresas privadas. A coleta seletiva solidária é uma opção realizada pelas organizações de catadores através de contrato de prestação de serviços, garantindo o reconhecimento e a valorização das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em Porto Alegre, já foi apresentado um modelo piloto para diversos gestores

públicos, mas que não avança. Existe uma falta de interesse político agregada aos interesses das empresas que hoje prestam o serviço de coleta dos resíduos.

O termo “economia solidária” ganhou expressão e oficialidade no Brasil, no decorrer dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas baseadas na livre associação de pessoas reconhecidas por sua índole participativa e por seus princípios de cooperação e autogestão (GAYER; KUYVEN, 2020).

Este é o cenário explícito que ocorre em Porto Alegre, nas questões que envolvem os catadores, que necessitam se fortalecer através da organização e representação pelo Fórum de Catadores, em busca de legitimação, para desconstrução da cadeia produtiva capitalista. A formação do Fórum como espaço de construção coletiva e de participação social para a gestão da coleta seletiva dos grupos associativos/cooperativados é um caminho para a quebra do sistema capitalista escravocrata e excludente. É necessário, portanto, muito empenho e pressão coletiva para que os direitos destes trabalhadores sejam reconhecidos junto à sociedade e ao poder público.

Diante do acima exposto, as etapas de planejamento e execução do serviço de coleta seletiva devem ser debatidas com a sociedade, incluindo os catadores, que têm questões graves e preocupantes hoje no trabalho da catação e triagem:

- iniciativas de alguns municípios de incentivo à incineração como solução ao problema dos resíduos;
- proibição do trânsito de catadores com carrinhos, com o objetivo de incentivo aos veículos e caminhões;
- ampliação da terceirização e operação de disposição final dos resíduos.

Nem só de vitimização se faz um/a catador/a – é importante que se ressalte –, mas há uma condição de vida ainda muito aquém do desejável em termos de acesso a direitos fundamentais e cidadania (VERONESE, 2016).

Todas estas causas influenciam o trabalho das Associações/Cooperativas e geram exclusão. São medidas que objetivam favorecer a classe dominante, as grandes indústrias e o sistema capitalista. Por isso a importância da participação nos espaços representativos e o exercício da cidadania.

A atividade econômica coletiva principal está também relacionada com a forma de organização dos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários). A atividade de produção, predominante, é característica ainda mais acentuada nos grupos informais. Já o consumo ou uso coletivo de bens e serviços é atividade mais frequente nas associações. A comercialização se distribui de modo mais homogêneo, com destaque para as cooperativas. A atividade de prestação de serviços ou de trabalho (a terceiros) cresce também entre as cooperativas, mas reparte-se igualmente, com

percentuais menores, entre os grupos informais e as associações (GAYER; KUYVEN, 2020).

As ações que promovem o resgate da cidadania, os atos de solidariedade sobrepostos ao formato de autogestão e gestão promovidas por estas experiências de refletir novas possibilidades de produção, que se originam nos movimentos sociais, são combustíveis para que a economia solidária se solidifique.

Diariamente, toneladas de resíduos gerados em Porto Alegre são destinadas para as unidades de triagem, onde catadores selecionam o que têm potencial para voltar à cadeia produtiva. Isso representa 5,3% do total de 1.143 toneladas de lixo recolhido todos os dias pelo poder público. Os números são de levantamento do DMLU, responsável pelo serviço, apresentados no início deste mês em audiência pública na Câmara Municipal.¹³

O percentual de reciclagem cai para 3,7% se descontadas as 18 toneladas de rejeito misturado na coleta seletiva. O que não pode ser aproveitado se soma às 1.082 toneladas da coleta domiciliar (orgânico, como restos de alimentos, e lixo de banheiro). Desse material, o DMLU estima que 253 toneladas tenham potencial reciclável, mas são descartadas de maneira inadequada. Isso tudo vai para o aterro sanitário de Minas do Leão, a mais de 100 quilômetros da capital.¹⁴

O Projeto Piloto para Coleta Solidária de Porto Alegre busca também a qualificação do serviço de coleta dos resíduos sólidos recicláveis e fortalecer a unidade entre as dimensões ambiental, econômica e social, propiciando um estímulo à reciclagem, consciência ecológica, potencializando a economia de recursos públicos que serão otimizados, eficiência na prestação de serviços de destinação correta de resíduos sólidos urbanos e contribuir para a erradicação da miséria e da exclusão social. A contribuição de cada um dos atores envolvidos no processo através da pluralidade e diversificações de iniciativas é o que permite que a coleta seletiva solidária seja planejada e acompanhada.

Com a organização do MNCR, passamos a fazer lutas articuladas nacionalmente para aprovar leis de reconhecimento de nossa categoria, que passou a ser reconhecida como profissão desde o ano de 2003. Em 2007, conquistamos a Política Nacional de Saneamento Básico (11445/07) que inova a luta, trazendo dispensa da licitação das cooperativas de catadoras e catadores para serem contratadas para fazerem coleta seletiva, nascendo aí o conceito de Solidária, separando da coleta seletiva Privada.

13 Disponível em:

<jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade?2020/10/763221reciclagem-lixo-ainda-e-desafio-para-porto-alegre.html>, 27/10/2020. Acesso em: 10 jan. 2021.

14 Disponível em: <jornaldocomercio.com/_conteudo/colunas/pensar_a_cidade?2020/10/763221reciclagem-lixo-ainda-e-desafio-para-porto-alegre.html>, 27/10/2020. Acesso em: 10 jan. 2021.

Em 2010, conquistamos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que reconhece os catadores como um dos agentes principais na gestão de resíduos sólidos, garantindo reconhecimento e valorização e dando um valoroso reconhecimento do nosso trabalho como um dos mais importantes para o meio ambiente e inclusão social, principalmente das mulheres.

Nacionalmente, a categoria ganha destaque no cenário nacional, ganhando as telas da Tevê e impressões de jornais, onde catadoras e catadores de materiais recicláveis passam a ser importantes, enquanto trabalhadores, não mais como outrora, quando excluídos ainda eram perseguidos. Fechamento de lixões, implantação de coleta seletiva solidária, aumento da reciclagem no Brasil, tornando um Brasil como um dos países que mais recicla na atualidade, com o modelo de Reciclagem Popular, reciclando através de cooperativas e associações independentes dos governos, onde atua sob os moldes da Economia Solidária e da Autogestão.

No Rio Grande do Sul, exercemos nosso protagonismo, sendo a única organização a participar de todas as audiências do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que nos propiciou em discutir diretamente com os técnicos e agentes das prefeituras assim como as empresas e diversas formas de organizações sociais, onde os debates apontaram para a contratação de nossas organizações de catadoras e catadores para a coleta seletiva, tornando-a solidária.

Conseguimos, ainda, aprovar no Código Municipal de Limpeza Urbana (Lei de Resíduos Sólidos de Porto Alegre) a contratação da coleta seletiva por catadoras e catadores de materiais recicláveis através de suas organizações. Fechando o ciclo do que passou a ser legal tanto pelas leis ou moral, quando a sociedade entendeu e decidiu pela nossa valorização e reconhecimento dos trabalhadores.

No marco legal, assim como no marco moral, há reconhecimento e importância da nossa categoria junto à sociedade, essa é uma das definições que não se precisa mais debater, é um avanço, tornando quase obrigatório a contratação imediata de nossas organizações para a prestação destes serviços.¹⁵

A economia solidária mostra a importância do segmento de empreendimentos solidários, através da organização das Associações/Cooperativas de catadores para a busca de direitos, exercício da cidadania e a luta pela Coleta Seletiva Solidária em Porto Alegre.

Com a implementação da Coleta Solidária no município de Porto Alegre obteríamos aumento da reciclagem dos materiais recicláveis coletados; redução na poluição e vetores de doenças; utilização de práticas sustentáveis junto à população; práticas sustentáveis em outras áreas, como saúde e infraestrutura; geração de renda para a população desassistida e/ou em situação de extrema vulnerabilidade social; auxílio na área social, incorporando catadores excluídos por falta de oportunidades; de uma coleta eficiente que irá fomentar a economia nos diversos bairros do município de Porto Alegre.

Com base neste modelo proposto de Coleta Seletiva Solidária, teremos: geração de novos postos de trabalho (inclusão social); aumento da renda das famílias diretamente envolvidas neste processo; reconhecimento dos catadores como agentes ambientais; redução dos custos em relação à coleta seletiva, com a participação dos catadores na coleta porta-a-porta; divulgação dos programas de educação socioambiental realizados pelos catadores

¹⁵ Uma versão modificada deste texto foi apresentada por Alexandro Cardoso (representante do MNCR) no “I Seminário da Coleta Seletiva Solidária: Uma Tecnologia Social inclusiva”, realizado em Porto Alegre/RS, no Instituto Federal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 11 e 12 de abril de 2018.

junto à população; garantia de maior credibilidade da coleta seletiva solidária, proporcionando mudança de valores e de comportamentos da população; gerar economia ao município de Porto Alegre em relação ao transporte e à disposição final dos resíduos em aterro sanitário; desenvolvimento de ações solidárias por parte da população, vencendo as barreiras do preconceito, com a inclusão e valorização dos catadores em suas atividades.

Para isso é necessário estabelecer uma relação de confiança e empatia com os catadores, entre os demais autores sociais envolvidos.

Um dos caminhos para fortalecer a economia das Associações e Cooperativas de Catadores é através da comercialização em rede. Um dos desafios do segmento da reciclagem é organizar a comercialização consorciada dos materiais produzidos nas Unidades de Triagem. Em junho de 2016, o DMLU, reuniu as Coordenações das Uts para estimular a reflexão e o debate acerca da implementação de um modelo de venda integrada entre elas. Os principais impasses para a implementação foi a histórica relação entre as lideranças entre si e com os atravessadores. O catador estava habituado às negociações estabelecidas com o intermediário. Com a convivência em eventos do Programa Todos Somos Porto Alegre, iniciou-se o processo de estabelecimento de confiança entre alguns grupos. Após a reunião na sede do DMLU, foi criada uma comissão com representantes das UTS dispostas a levar a ideia adiante; ao mesmo tempo foi criado um grupo no WhatsApp, que solidificava os laços de união. Num primeiro momento eram nove UTS que aderiram a iniciativa: Aterro Norte, Campo da Tuca, Novo Chocolate, Coopertinga, Frederico Mentz, Rubem Berta, UTC/UTH e Vila Pinto. Logo em seguida ingressaram as UTS Paraíba e Hospital São Pedro (Acervo DMLU).

Em 03 de agosto de 2016, foi efetuada a primeira operação integrada com volume de 29,3T comercializado, correspondente ao faturamento de R\$10.263,05 um aumento de 75% em comparação com a comercialização fragmentada, no total, este percentual significou um acréscimo de R\$ 6,5 mil nos ganhos financeiros das UTS. Assim surgia o COMINT (Cooperativa Central de Comercialização Integrada) que oficialmente tem data de fundação em 29.06.2018. Após o encerramento do Programa Todos Somos Porto Alegre, o COMINT continuou articulando a comercialização em rede de alguns materiais; ocorreu uma parada devido a pandemia, porém estão retomando suas atividades.

O projeto Catadoras e Catadores em Rede, patrocinado pelo Programa Petrobrás Socioambiental, esteve na pauta do encontro da Central de Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Rede Catapoa –, que aconteceu no dia 16 de julho de 2014, em Porto Alegre (RS), na FLD. Com a participação de lideranças do MNCR e representantes de

cooperativas e de grupos de catação, o encontro serviu de espaço para discussão e planejamento de atividades. As participantes e os participantes receberam informações sobre coleta seletiva e questões de volume de materiais e geração de renda e sobre o conceito de rede, de associação e de cooperativa, onde a gestão acontece de forma integrada.

A criação de uma central de cooperativas – a Rede Catapoa – é resultado de um projeto antigo no MNCR, para podermos comercializar nosso material junto à indústria, por um preço justo, agregando valor”, disse Luciano Vargas Menezes, liderança do MNCR e coordenador operacional do projeto Catadoras e Catadores em Rede.

Algumas ações que vão fortalecer a iniciativa já estão se desenhando de forma concreta. Entre estas, a negociação com o Internacional (time gaúcho de futebol, o Sport Club Internacional) para a coleta de materiais recicláveis no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre.¹⁶

¹⁶ [Rede Catapoa discute ações futuras - Fundação Luterana de Diaconia \(fld.com.br\)](http://fld.com.br). Acesso em 14.02/22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participação é um ato necessário para o exercício da cidadania. Os catadores de Porto Alegre têm claro a necessidade da importância da sua participação na gestão dos resíduos sólidos da cidade. Já se passam doze anos desde a implementação da Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Observa-se uma constante luta por espaços participativos destes autores, bem como uma constante manobra dos diversos gestores públicos que promovem avanços e retrocessos nesta construção inclusiva e participativa.

O estudo conclui que existe um cenário de disputa de interesses econômicos, na medida que os resíduos sólidos passam a ter valor financeiro. Torna-se um mercado a ser disputado, com o ingresso de empresas privadas e uma redução na participação dos catadores na Política de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos de Porto Alegre. É necessária uma rede de apoio formada por diversos segmentos da sociedade e do poder público aos catadores inicialmente nas Associações/Cooperativas, passando pelas suas esferas representativas, buscando assim uma nova forma de participação efetiva nas Políticas de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos do município e também os demais atores sociais envolvidos cada um assumindo suas responsabilidades, articulando com os catadores e não os deixando à margem deste processo.

A natureza participativa é essencial para que uma verdadeira integração ocorra entre os atores sociais e os setores inseridos na gestão de resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre.

Percebemos que não existe uma “fórmula” pelo poder público para acabar com o conflito existente entre os catadores formais e informais em Porto Alegre, além de uma falta de interesse político para ações como a implementação do projeto piloto da Coleta Solidária.

A economia solidária mostra a importância do segmento de empreendimentos solidários, através da organização das Associações/Cooperativas de catadores para busca de direitos, exercício da cidadania e a luta pela Coleta Seletiva Solidária em Porto Alegre.

Com a implementação da Coleta Solidária no município de Porto Alegre obteríamos aumento da reciclagem dos materiais recicláveis coletados; redução na poluição e vetores de doenças; utilização de práticas sustentáveis junto à população; práticas sustentáveis em outras áreas, como saúde e infraestrutura; geração de renda para a população desassistida e/ou em situação de extrema vulnerabilidade social; auxílio na área social, incorporando catadores excluídos por falta de oportunidades; de uma coleta eficiente que irá fomentar a economia nos diversos bairros do município de Porto Alegre.

Com base neste modelo proposto de Coleta Seletiva Solidária, teremos: geração de novos postos de trabalho (inclusão social); aumento da renda das famílias diretamente envolvidas neste processo; reconhecimento dos catadores como agentes ambientais; redução dos custos em relação à coleta seletiva, com a participação dos catadores na coleta porta-a-porta; divulgação dos programas de educação socioambiental realizados pelos catadores junto à população; garantia de maior credibilidade da coleta seletiva solidária, proporcionando mudança de valores e de comportamentos da população; gerar economia ao município de Porto Alegre em relação ao transporte e à disposição final dos resíduos em aterro sanitário; desenvolvimento de ações solidárias por parte da população, vencendo as barreiras do preconceito, com a inclusão e valorização dos catadores em suas atividades.

Comercialização em rede também é uma alternativa, para o aumento da renda com a venda direta para a indústria, além de prestação de serviços que hoje é feita pela iniciativa privada. A iniciativa privada tem interesse em comercializar com os catadores, para isso procura um material com melhor qualidade e quantidade.

Diante das constatações realizadas através deste estudo, fica evidenciado que há um vasto campo de desenvolvimento de ações voltadas a categoria dos catadores. Os catadores – convém registrar – cumprem função social, econômica e ambiental, e não recebem a devida atenção da sociedade, da gestão pública, enquanto que a consolidação da PNRS, como política inclusiva, nos mostra um forte potencial de mobilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, B.S. **Emergência de novos atores novo desenvolvimento sustentável: A contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ALMEIDA, Luciana Togeiro. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, 2012

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Trabalho material e imaterial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ago. 2000, p. 8-9.

ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNIASSI, Maria Helena. **Movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano.** São Paulo: Ceru, 1998.

BALESTRIN, R.; ALVES, P.M.A; HOFFMANN, M.S. Mapa do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos. In: MENEGAT, Rualdo; PORTO, M.L; GARRARO, C.G; FERNANDES, L.A.D. (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998. p.187-188.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** São Paulo: Zahar, 2000.

BOBBIO, N.; MATTEUCCCI, N.; PASQUINO, P. **Dicionário de Política.** ED. LGE / UnB. Brasília, 2004.

BOSI, A.P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGU, Esther S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, P. A.; GAMBI, R. F. T. **Neoliberalismo, desigualdade, democracia: discussão fundamentada nos Conselhos Econômicos e Sociais.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 2018

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo Editorial, n. 16, p. 38-75, mar. 2003.

- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DEMARJOROVIC, Jacques. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos**. São Paulo: ANPPAS, 2006.
- DEMARJOVIC, Jacques; LIMA, Marcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Ed. SESC, 2013.
- DEMO, Pedro. Qualidade e representatividade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 55, p. 76-80, 2013.
- FAÚNDEZ, Antonio; LEITE, Lígia Chiappini. Diálogo para o desenvolvimento e desenvolvimento do diálogo. **Revista da Faculdade de Educação**, 15.2 (1993): 271-280.
- FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.323-348, out. 2004.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2001.
- GATTI, A.L.; WITTER, C.; GIL, C.A.; VITORINO, S.S. Pesquisa qualitativa: grupo focal e intervenções psicológicas com idosos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2015.
- GAYGER, Gernay Inácio Luiz; KUYVEN SORGATTO, Patrícia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n.103, 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios e compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, jan./abr., 2019.
- GONÇALVES, Polita. A reciclagem integrada nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: D&A, 2003.
- GOULART, Flávio. Poder deliberativo, paridade, autonomia dilemas da participação social em saúde no Brasil. **Instituto e Direito Sanitário Aplicado**, 2007.
- HARGRAVE, J. et.al. **Pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA/Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, 2010.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JACOB, P. (Org.). **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: Inovação da inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.

- LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. de. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez. 2002.
- LITTLE, P. 1999. Environments and environmentalisms in anthropological research: facing a new millennium. **Annual Review of Anthropology**, 28: 253-284, 1999.
- MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.
- MARTINS, C. H. B. Trabalhadores na reciclagem e gestão de resíduos na região metropolitana de Porto Alegre: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas. In: JACOBI, P. (Org.). **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 16, 2004.
- MILANEZ, B. **Resíduos sólidos e sustentabilidade: princípios, indicadores e instrumentos de ação**. São Paulo, UFSCAR, 2008.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.
- MILLER, D. (Ed.). **Acknowledging consumption: a review of new studies**. Londres: Routledge, 1995.
- MOREIRA, Maria Suely. Passivo Ambiental: NBR 6023. **O conceito em debate**, v. 28, 2007.
- Nacional de Catadores de recicláveis no Brasil (MNCR). In: SCHERERWARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. O imperialismo. In: NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.
- NUNES, Letícia Soares; FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. A contribuição do pensamento de Karl Marx para se (re) pensar a educação ambiental. **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, 2011.
- PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- RIAL, Carmen; GODIO, Matias (Org.). **Pesca e Turismo**. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.
- ROBERTS, N. **The Age of Direct Citizen Participation** M. E. Sharpe, Armonk, New York, 2008.

ROESCH, S.; FERNANDES, F. **Como escrever casos para o ensino de administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M.C.L. et.al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de recicláveis no Brasil (MNCR). In: SCHERERWARREN, I.; LÜCHMANN, L.H.H. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: UFSC, 2010.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edalea Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, 2012.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2006.

SEVERI, Fabiana Cristina. Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 8, p. 152-171, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Patrícia Tavares da; CASTRO, Mariana Pereira de; LUBLINER, Theo Martins. **Reflexões e práticas sobre consumo e finanças solidárias: contribuição crítica à economia solidária**. In: INCUBADORA Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP). Campinas: Ed. Unicamp. 2008. p. 142-159.

SILVA, Paula Garcez Corrêa da. A consolidação do processo coletivo como instrumento de mobilização da sociedade civil no contexto da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). In: GIDI, Antônio; TESHEINER, José Maria; THIBAU, Tereza Cristina S. B. **Processos coletivos: ação civil pública e ações coletivas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016. p. 231-247.

SILVA, R. B. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Inthertesis**, Florianópolis, v. 3, n. 2, jul./dez, 2006.

SOUZA, Ângela M. G. **Novas formas de habitar: velhas estruturas**. EDUFBA, 2004.

SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. **Química ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

STASEN, Jean François. **Exclusion and participation: can the excluded become able to participate**. Belgium: Université de Liège, 1999.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, 256.

VERONESE, Marília. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, 2016.

WARREN, S. Ilse. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 51

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

LIDERANÇAS E COORDENAÇÃO DE UNIDADES DE TRIAGEM

Dimensão Política: Participação democrática, em fóruns e redes

1. Os sócios são convocados para reuniões sobre as questões envolvendo a Cooperativa/Associação quantas vezes no mês:

- () reuniões semanais
- () reuniões quinzenais
- () uma reunião/mês
- () não ocorrem reuniões

2. Os sócios têm participado de ações sociais e comunitárias? Quais?

3. Os sócios têm participado em fóruns ou redes de articulação de vendas conjuntas com outras Associações e Cooperativas?

4. A Associação/Cooperativa tem interesse em comercializar e prestar serviços em conjunto com outros grupos? Qual a dificuldade?

5. A Associação/Cooperativa tem parceria com empresas e/ou *Startups*? Em caso de não, por quê? Quais as principais dificuldades?

6. Os sócios têm participado de algum movimento social, popular ou da categoria de catadores? Qual? Qual a importância da participação nestes espaços? Quantos sócios representam a Associação/Cooperativa nestes espaços? Ou somente a Coordenação participa?

Dimensão Ambiental: Cuidados e preservação com o meio ambiente

1. A Associação/Cooperativa realiza alguma ação ambiental junto aos seus associados e com a comunidade do entorno da Associação/Cooperativa de educação ambiental?
2. Os sócios se consideram agentes ambientais?
3. Qual a importância da Associação/Cooperativa ter o licenciamento ambiental?

APÊNDICE B

COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE CATADORES

Dimensão Política: Participação Democrática e Formação

1. Como é a participação das Associações/Cooperativas junto ao Fórum:

Expressiva

Mediana

Fraca

Depende da pauta propostas

2. Como é a participação das Associações/Cooperativas nos espaços de debates junto ao Poder Público e Legislativo:

Expressiva

Mediana

Fraca

Outra resposta. Qual?

3. A representatividade da coordenação em outros espaços, como conselhos municipais, coletivos, sociais etc., é centralizada em alguns membros ou é aberta para todos? São quase sempre os mesmos? Por quê?

4. Como você, coordenador do fórum, visualiza a participação dos catadores na Gestão de Resíduos em Porto Alegre?

5. O Fórum realiza encontros de formação política, econômica e educacional?

Dimensão: Econômica

1. Qual a importância da comercialização e prestação de serviços em rede? Quais as principais dificuldades?

2. Qual a dificuldade que o Fórum percebe que as Associações/Cooperativas têm para a formação de parcerias com o setor privado, incluindo *startups*?

3. A Coleta Solidária seria uma alternativa de resolução do problema de falta de resíduos para as Unidades de Triagem? Este projeto é viável? Todas as Associações e Cooperativas conseguiriam participar? Por que, na sua opinião, até hoje a Prefeitura não se dispôs a implementar o projeto piloto?

4. Quais as propostas que o Fórum vislumbra para a participação efetiva dos catadores formais no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Porto Alegre?

5. Enquanto coordenador do fórum, qual é sua percepção do embate proposto pela Prefeitura entre catadores informais e formais? Qual o objetivo?

APÊNDICE C

SETOR PRIVADO: EMPRESAS E STARUPS

Dimensão: Política e Econômica

1. A empresa participa de espaços de discussões sobre o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre? O que necessita ser aprimorado?
2. Qual a ligação da empresa com os catadores formais e informais? Que tipo de parcerias são estabelecidas além da compra de material?
3. Sua empresa conhece a Rede Catapoa e COMINT? Já negociou com alguma? Como foi a experiência?
4. A empresa tem percebido alguma diminuição nos resíduos da cidade? Por quê?

APÊNDICE D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Dimensão: Política, Econômica e Social

1. Em sua opinião, por que está ocorrendo uma diminuição nos resíduos junto às Unidades de Triagem?
2. A Coleta Seletiva se encaminha para a extinção?
3. Qual o impacto social e econômico em caso da extinção da coleta seletiva para os catadores formais contratados pelo DMLU?
4. Os catadores têm uma representatividade participativa no Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre? Por quê?
5. A Gestão Municipal pretende se tornar um órgão fiscalizador e deixar para o segmento privado o Gerenciamento dos Resíduos de Porto Alegre?
6. Qual a solução para o embate existente entre os catadores formais e informais? Qual o papel do gestor público neste problema?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordo em ser entrevistado(a) – e eventualmente ter minha imagem publicizada por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o êxito da pesquisa, cujo objetivo é caracterizar e analisar a participação dos catadores de Porto Alegre, na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Fui informado de que a pesquisa é coordenada pela professora e pesquisador de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, Adriane Vieira Ferrarini.

A entrevista será aplicada pela aluna Simone Poças Pinheiro (mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos).

Poderei contatar a coordenadora a qualquer momento que julgar necessário ou sentir-me prejudicado, através do fone (51)99952.8020 ou do e-mail adrianaferrarini@gmail.com.

Os objetivos da pesquisa são estritamente acadêmicos.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora que é aluna bolsista e a professora coordenadora.

Posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou quaisquer sanções ou constrangimentos. A pesquisadora me ofertou cópia assinada deste termo, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Entrevistado(a)